



**CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

*“Casa de Anttonio Amaro Bezerra”*

LEI Nº 1074

LDO

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

2018

*Rachy e*  
*21-08-2017*  
Prof. M. de F. de Lima  
Djalson José  
Secretário de Administração



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

LEI Nº 1074/2017

Estabelece as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA.

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DEFINIÇÕES E CONCEITOS.

### Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2018, em cumprimento às disposições do art. 165, inciso II e § 2º da Constituição Federal, do § 1º, inciso I do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 2008 e da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), compreendendo:

- I - as metas e prioridades da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV - critérios relativos às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V - regras sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - disposições sobre transferências de recursos a entidades públicas e privadas, inclusive consórcios públicos, subvenções e auxílios;
- VII - procedimentos sobre dívidas, inclusive com órgãos previdenciários;
- VIII - autorização e limitações sobre operações de crédito;
- IX - contingenciamento de despesas e critérios para limitação de empenho;
- X - condições para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias de outro ente federativo;
- XI - orientações sobre alteração na legislação tributária municipal;
- XII - regras sobre despesas obrigatórias de caráter continuado;
- XIII - controle e fiscalização;
- XIV - disposições gerais.

### Seção II Das Definições, Conceitos e Convenções.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, entende-se como:

I - Categoria de programação: programas e ações, na forma de projeto, atividade e operação especial, com as seguintes definições:

a) Programa: instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual (PPA), visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antônio Amaro Bezerra”

b) Ações: operações das quais resultam produtos, na forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa;

c) Projeto: instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;

d) Atividade: instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

e) Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

II - Órgão orçamentário: maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

III - Unidade orçamentária: menor nível de classificação institucional agrupada em órgãos orçamentários;

IV - Produto: resultado de cada ação específica, expresso sob a forma de bem ou serviço posto à disposição da sociedade;

V - Título: forma pela qual a ação será identificada pela sociedade e constará no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), para expressar em linguagem clara, o objeto da ação;

VI - Elemento de Despesa: identificador dos objetivos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortizações e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins.

VII - Grupo de Natureza da Despesa (GND): agregador de elementos de despesas com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, identificados a seguir:

- a) Pessoal e Encargos Sociais - GND1;
- b) Juros e Encargos da Dívida - GND2;
- c) Outras Despesas Correntes - GND3;
- d) Investimentos - GND4;
- e) Inversões Financeiras - GND5;
- f) Amortização da Dívida - GND6.

VIII - Categoria Econômica: classifica se a despesa contribui, ou não, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

IX - Modalidade de Aplicação: tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

X - Reserva de Contingência: compreende o volume de recursos destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos imprevistos, podendo ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais;



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antônio Amaro Bezerra”

XI - Contingência passiva: é uma possível obrigação presente cuja existência será configurada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida, ou porque é improvável que a entidade tenha que liquidá-la, ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança;

XII - Transferência: a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou a entidades privadas;

XIII - Delegação de execução: consiste na entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do Município delegante;

XIV - Seguridade Social: compreende um conjunto de ações integradas dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social, nos termos do art. 194 da Constituição Federal;

XV - Despesa obrigatória de caráter continuado: é a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixou para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios;

XVI - Execução física: realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;

XVII - Execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XVIII - Execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar;

XIX - Riscos Fiscais: são conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas.

## CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

### Seção I Das Prioridades e Metas

Art.3º. As prioridades e metas da Administração Municipal, constantes desta Lei e de seus anexos, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º Durante a execução orçamentária o acompanhamento do cumprimento das metas será feito com base nas informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, para cada bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal - RGF, relativo a cada quadrimestre, publicados nos termos da legislação vigente.

§ 2º Poderá haver, durante a execução orçamentária de 2018, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, respeitadas as disposições do art. 167 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§ 3º. O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Art.4º. Na elaboração do Plano Plurianual 2018-2021, serão consideradas as dimensões estratégica, tática e operacional, levando-se em conta as perspectivas de atuação do governo, os objetivos estratégicos, os programas e as ações que deverão ser executadas no Município, assim como as seguintes diretrizes:

I - diagnóstico dos desafios a serem enfrentados e das potencialidades que serão desenvolvidas, identificando as escolhas da população e do governo, na formulação dos planos e na estruturação dos programas de trabalho do governo municipal;

II - sintonia das políticas públicas municipais com as políticas públicas estabelecidas no plano plurianual da União, quanto aos programas nacionais executados pelo Município em parceria com outros entes federativos;

III - reestruturação dos órgãos e unidades administrativas, modernização da gestão pública municipal e reconhecimento do capital humano como diferencial de qualidade na Administração Pública Municipal;

IV - aprimoramento do controle e do monitoramento, especialmente na execução das ações para atingir os objetivos estabelecidos nos planos, na realização dos serviços e no desempenho da administração municipal;

V - ampla participação da sociedade na formulação das políticas públicas e transparência na apresentação dos resultados da gestão.

Art. 5º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção de equilíbrio das contas públicas e metas previstas no Anexo de Metas Fiscais (AMF), que poderão ser revistas em função de modificações na política macroeconômica e na conjuntura econômica nacional e estadual.

## **Seção II Do Anexo de Prioridades**

Art. 6º As prioridades para elaboração e execução do Orçamento Municipal de 2018 constam do Anexo de Prioridades (AP), com a denominação de ANEXO I.

§ 1º As ações prioritárias identificadas no ANEXO I, que integra esta Lei, constarão do orçamento e serão executadas durante o exercício de 2018 em consonância com o Plano Plurianual (PPA).

§ 2º As ações dos programas integrarão a proposta orçamentária para 2018, por meio dos projetos e atividades a eles relacionados, na conformidade da regulamentação nacionalmente unificada.

§ 3º Terão prioridade os projetos em andamento e as atividades destinadas ao funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, serviços essenciais, despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais, os quais terão precedência na alocação de recursos no Projeto de Lei Orçamentária de 2018.

## **Seção III Do Anexo de Metas Fiscais**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antônio Amaro Bezerra”

Art. 7º O Anexo de Metas Fiscais (AMF), por meio do ANEXO II, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas e despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2018 e para os dois seguintes, para atender ao conteúdo estabelecido pelo §1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como avaliação das metas do exercício anterior, por meio dos demonstrativos abaixo:

- I - DEMONSTRATIVO I: Metas Anuais;
- II - DEMONSTRATIVO II: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Ano Anterior;
- III - DEMONSTRATIVO III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - DEMONSTRATIVO IV: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - DEMONSTRATIVO V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - DEMONSTRATIVO VI: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS, sem preenchimento, conforme § 1º abaixo;
- VII - DEMONSTRATIVO VII: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII - DEMONSTRATIVO VIII: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ 1º. O Município está vinculado unicamente ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, devendo, em consequência, o Demonstrativo VI: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial, seguir sem preenchimento nesta LDO, uma vez que faz parte da LDO da União.

§ 2º. O Anexo de Metas Fiscais abrange os órgãos da Administração Direta, entidades da Administração Indireta, constituídas pelos fundos especiais que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal e custeio, ou de auxílios para pagamento de despesas de capital.

Art. 8º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no ANEXO II, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

Art. 9º. Na proposta orçamentária para 2018 serão indicadas as receitas de capital destinadas aos investimentos que serão financiados por meio de convênios, contratos e outros instrumentos com órgãos e entidades de entes federativos, podendo os valores da receita de capital da LOA ser superiores à estimativa que consta no Anexo de Metas Fiscais, que integra esta Lei por meio do ANEXO II.

## Seção IV Do Anexo de Riscos Fiscais

Art.10. O Anexo de Riscos Fiscais (ARF), que integra esta Lei por meio do ANEXO III, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Art. 11. Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, e como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Os orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para reserva de contingência, prevista no Inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, não inferiores a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL prevista para o referido exercício.

§ 2º. A reserva de contingência será constituída exclusivamente de recursos do orçamento fiscal, pode ser utilizada para compensar a expansão de despesa obrigatória de caráter continuado além do previsto no projeto de lei orçamentária e das medidas tomadas pelo Poder Executivo.

## **Seção V** **Da Avaliação e do Cumprimento de Metas**

Art. 12. Durante o exercício de 2018, o acompanhamento da gestão fiscal será feito por meio dos Relatórios RREO e RGF.

## **CAPÍTULO III** **ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

### **Seção I** **Das Classificações Orçamentárias**

Art.13. Na elaboração dos orçamentos serão respeitados os dispositivos, conceitos e definições estabelecidos na legislação vigente e obedecida a classificação constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 14. Cada programa será identificado no orçamento, onde as dotações respectivas conterão os recursos para realização das ações necessárias ao atingimento dos objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificados valores, órgãos e unidades orçamentárias responsáveis pela realização.

Art. 15. As dotações, relacionadas à função encargos especiais, englobam as despesas orçamentárias em relação às quais, não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado, pois não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo.

Art. 16. As dotações relativas à classificação orçamentária encargos especiais vinculam-se ao programa Operações Especiais, identificado no Orçamento por zeros e na Função 28 (vinte e oito), destinada aos encargos especiais, para suportar as despesas com:

- I - Amortização, juros e encargos de dívida;
- II - Precatórios e sentenças judiciais;
- III - Indenizações;
- IV - Restituições, inclusive de saldos de convênios;
- V - Ressarcimentos;



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

VI - Amortização de dívidas previdenciárias;

VII - Outros encargos especiais.

Art. 17. A classificação institucional identificará as unidades orçamentárias agrupadas em seus respectivos órgãos.

Art. 18. A vinculação entre os programas constantes do PPA, os projetos e atividades incluídos no orçamento municipal e a relação das ações que integram o Anexo de Prioridades desta Lei são identificados pelo programa, projeto, atividade e histórico descritor.

Art. 19. A demonstração de compatibilidade da programação orçamentária, com os objetivos e metas desta LDO, será feita por meio de anexo que integrará a Lei Orçamentária de 2018.

## Seção II Da Organização dos Orçamentos

Art.20. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão as programações dos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município e discriminarão suas despesas com os seguintes detalhamentos:

I - programa de trabalho do órgão;

II - despesa do órgão e unidade orçamentária, evidenciando as classificações institucional, funcional e programática, projetos, atividades e operações especiais, e especificando as dotações por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, consoante disposições do art. 15 da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e atualizações.

Parágrafo único. A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

II - Indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades públicas ou por entidades privadas, nos termos da Lei.

Art.21. A reserva de contingência será identificada pelo dígito “9” (GND 9), isolados dos demais grupos, no que se refere à natureza da despesa.

Art. 22. A reserva de contingência será utilizada como fonte de recursos orçamentários para a cobertura de créditos adicionais, nos termos da lei.

Art.23. O orçamento da seguridade social, compreendendo as áreas de saúde, previdência e assistência social, será elaborado de forma integrada, nos termos do § 2º do art. 195 da Constituição Federal, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

Art.24. Na elaboração da proposta orçamentária do Município, para o exercício de 2018, será assegurado o equilíbrio entre receitas e despesas, ficando vedada à consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada e permitida a inclusão de projetos genéricos.

Rua Lourival de Albuquerque, 130 – Centro - Abreu e Lima – PE – CEP – 53560-180

CNPJ – 08.637.381/0001-26





# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antônio Amaro Bezerra”

Art. 25. A lei orçamentária não consignará dotação de investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja prevista no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

Parágrafo único. Em decorrência da Constituição do Estado de Pernambuco determinar que o projeto do PPA 2018 - 2021 e a proposta da LOA 2018 serão entregues ao Poder Legislativo até 05 de outubro de 2017, os programas que constam da proposta orçamentária também constarão do projeto do Plano Plurianual e tramitarão concomitantemente na Câmara.

Art. 26. Constarão dotações no orçamento de 2018 para as despesas relativas à amortização da dívida consolidada do Município e atendimento das metas de resultado nominal, assim como para o custeio de obrigações decorrentes do serviço da dívida pública.

Art. 27. Constarão dotações no Orçamento de 2018 para contrapartida de investimentos custeados com recursos de convênios, contratos de repasses e outros instrumentos congêneres.

## Seção III Do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA)

Art.28. A proposta orçamentária, para o exercício de 2018, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores será constituída de:

- I - Texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- II - Anexos;
- III - Mensagem.

§1º A composição dos anexos de que trata o inciso II do caput deste artigo será feita por meio de quadros orçamentários, incluindo os anexos definidos pela Lei 4.320, de 1964 e outros demonstrativos estabelecidos para atender disposições legais, conforme discriminação abaixo:

- I - Quadro de discriminação da legislação da receita;
- II - Tabelas e Demonstrativos:
  - a) Tabela explicativa da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2015, 2016 e estimada para 2017;
  - b) Tabela explicativa da evolução da despesa realizada nos exercícios de 2015 e 2016 e estimada para 2017;
  - c) Demonstrativo consolidado da receita resultante de impostos e da despesa consignada na proposta orçamentária para 2018, para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), bem como o percentual orçado para aplicação na MDE, consoante disposição do art. 212 da Constituição Federal;
  - d) Demonstrativo consolidado das receitas indicadas na Lei Complementar nº 141, de 2012 e despesas fixadas na proposta orçamentária para 2018, destinada às ações e serviços públicos de saúde no Município;
  - e) Demonstrativo dos recursos destinados ao atendimento aos programas e ações de assistência à criança e ao adolescente;
  - f) Demonstrativo dos recursos destinados à Reserva de Contingência.
- III - Anexos da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 que integrarão o orçamento:
  - a) Anexo 1: Demonstrativo da receita e da despesa segundo a natureza;
  - b) Anexo 2: Demonstrativo das receitas segundo as categorias econômicas;
  - c) Anexo 2: Demonstrativo consolidado da despesa por categoria econômica;



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antônio Amaro Bezerra”

d) Anexo 6: Demonstrativo da despesa por programa de trabalho, projetos, atividades e operações especiais, por unidade orçamentária;

e) Anexo 7: Demonstrativo dos programas de trabalho, indicando funções, subfunções, projetos e atividades;

f) Anexo 8: Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo;

g) Anexo 9: Demonstrativo da despesa por órgãos e funções.

IV - Demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária, com os objetivos e metas da LDO, consoante disposições do art. 19 desta Lei;

V - Demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, consoante disposições do § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

§ 2º A mensagem, de que trata o inciso III do caput deste artigo conterà:

I - Análise da conjuntura econômica enfocando os aspectos que influenciem o Município;

II - Resumo da política econômica e social do Governo Municipal;

III - Justificativa da estimativa e da fixação de receitas e despesas;

IV - Informações sobre a metodologia de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da despesa fixada;

V - Situação da dívida do Município, restos a pagar e compromissos financeiros exigíveis.

§ 3º Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

§4º Serão consignadas atividades distintas para despesas com pessoal de magistério e outras despesas de pessoal do ensino.

§ 5º No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços correntes vigentes em 2017.

§ 6º Na estimativa das receitas que integrarão o orçamento de 2018 considerar-se-á a tendência do presente exercício de 2017, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2018 e as disposições desta Lei.

§ 7º As despesas e as receitas serão demonstradas de forma sintética e agregada e evidenciados “déficit” ou “superávit” corrente, no orçamento anual.

§ 8º O valor da dotação destinada à reserva de contingência, no orçamento de 2018, não poderá ser inferior a 1% (um por cento) da receita corrente líquida, apurada nos termos do art. 2º, inciso IV e § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 9º. A Modalidade de Aplicação MD 99 será utilizada para classificação orçamentária de reserva de contingência.

§ 10. Constarão do orçamento dotações destinadas à execução de projetos a serem realizados com recursos oriundos de transferências voluntárias do Estado e da União, assim como para as contrapartidas, nos termos da LDO da União e do Estado.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

§ 11. O Orçamento elaborado pelo Poder Legislativo para ser incluído na proposta do Orçamento Municipal de 2018 observará as estimativas das receitas de que trata o art. 29-A e os seus incisos, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009.

Art. 29. No texto da lei orçamentária para o exercício de 2018 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, de até 50% (cinquenta por cento) do total dos orçamentos e autorização para contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.

Art. 30. O limite autorizado no art. 29 desta Lei não será onerado quando o crédito adicional suplementar for destinado ao atendimento das seguintes despesas:

- I - do Poder Legislativo;
- II - de pessoal e encargos;
- III - do sistema previdenciário próprio;
- IV - com o pagamento da dívida pública;
- V - de custeio e capital dos sistemas municipais de educação, de saúde e assistência social, mediante anulação de dotações nas respectivas funções;
- VI - despesas destinadas à defesa civil, combate aos efeitos de catástrofes, secas e as epidemias;
- VII - despesas para execução de investimentos com recursos de transferências voluntárias do Estado e da União.

Parágrafo único. A soma dos créditos realizados de acordo com o caput deste artigo observará o limite de até 50% (cinquenta por cento) do total dos orçamentos.

Art.31. Será considerada a obtenção de superávit primário na elaboração do projeto, na aprovação e execução da lei orçamentária para 2018.

Art. 32. Constarão da proposta orçamentária para 2018 dotações para programas, projetos e atividades constantes do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2018-2021 em tramitação na Câmara de Vereadores.

## **Seção IV Das Alterações e do Processamento**

Art. 33. A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, §3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, com todas as emendas e anexos.

§ 1º. As emendas feitas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público, poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

§ 2º. O veto às emendas mencionadas no caput deste artigo restabelecerá a redação inicial da dotação constante da proposta orçamentária.

§ 3º. No caso de haver comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito da Câmara Municipal, poderá haver retificação nos autógrafos da Lei Orçamentária de 2018 pelo Poder Legislativo, até a data da sanção.

Art. 34. O Prefeito do Município poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

Art. 35. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por grupos de despesas, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adaptação de classificação funcional e do Programa ao novo órgão.

Art. 36. Durante a execução orçamentária o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos dos órgãos, unidades administrativas e gestoras, na forma de crédito adicional especial, observada a Lei 4.320, de 1964 e autorização da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

Art. 37. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos, dentro da mesma categoria de programação e categoria econômica de despesa, bem como a inclusão de elementos de despesa não previstos em um mesmo projeto, atividade ou operação especial e que não altere o seu valor total, serão efetuadas através de portaria do Secretário de Finanças.

Parágrafo único. As alterações nos recursos orçamentários efetuadas nos termos do caput deste artigo não constituem créditos adicionais ao orçamento.

Art. 38. Poderão ser incluídos programas novos, inclusive criados pela União ou pelo Estado de Pernambuco, por meio de alteração, aprovada por Lei, no Plano Plurianual, nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual, e seus anexos, no decorrer do exercício de 2018.

## CAPÍTULO IV DAS RECEITAS E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA Seção Única

### Da Receita Municipal e das Alterações na Legislação Fiscal



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Art. 39. Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, para efeito de previsão de receita, deverão ser considerados os seguintes fatores:

- I - efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II - variações de índices de preços;
- III - crescimento econômico;
- IV - evolução da receita nos últimos três anos.

Art. 40. Na ausência de parâmetros atualizados do Estado de Pernambuco, poderão ser considerados índices econômicos e outros parâmetros nacionais.

Art. 41. A estimativa da receita para 2018 consta de demonstrativos do Anexo de Metas Fiscais, com metodologia e memória de cálculo, consoante disposições da legislação em vigor.

Art. 42. A estimativa de receita que integra o Anexo de Metas Fiscais - AMF, desta Lei, fica disponibilizada para o Poder Legislativo, nos termos do art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF).

Art. 43. Poderá ser considerada, no orçamento para 2018, previsão de receita com base na arrecadação estimada decorrente de alteração na legislação tributária, inclusive estimativa de acréscimos na participação do Município na distribuição de royalties de petróleo, caso seja editada norma legal pertinente.

Art. 44. Na proposta orçamentária o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital.

Art. 45. As leis relativas às alterações na legislação tributária que dependam de atendimento das disposições da alínea “b” do inciso III do art. 150 da Constituição Federal, para vigorar no exercício de 2018, deverão ser aprovadas e publicadas dentro do exercício de 2017.

Art. 46. O montante estimado para receita de capital, constante nos anexos desta LDO para 2018, poderá ser modificado na proposta orçamentária, para atender previsão de repasses, destinados a investimentos.

§ 1º. A execução da despesa de que trata o caput deste artigo fica condicionada à viabilização das transferências dos recursos respectivos.

§ 2º. Ocorrendo a situação prevista no caput deste artigo, deverá haver justificação na mensagem que acompanha a proposta orçamentária para 2018 ao Poder Legislativo.

Art. 47. A reestimativa de receita na LOA para 2018, por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, são consideradas as receitas estimadas nos anexos desta Lei para o exercício de 2018.

Art. 48. Para fins de aperfeiçoamento da política e da administração fiscal do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal, projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, notadamente sobre:

- I - Alteração e atualização do Código Tributário Municipal;



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

II - Aperfeiçoamento e a atualização da legislação tributária referente ao imposto sobre Serviço de Qualquer natureza - ISS e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

III - Adequação, inovação e atualização da legislação tributária referente às taxas municipais.

Art. 49. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da LRF.

Art.50. Os projetos de lei aprovados que resultem em renúncia de receita em razão de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas e despesas, órgãos ou fundos, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, 5 (cinco) anos.

Art. 51. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para os efeitos do disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e legislação aplicável.

Art. 52. O Setor de tributação registrará em sistema informatizado os valores lançados e arrecadados e informará a contabilidade, para permitir o conhecimento dos créditos a receber.

Art. 53. O sistema de tributação de que trata o artigo anterior, deverá ser concebido para que possa oferecer à contabilidade, diariamente, a movimentação dos tributos lançados, arrecadados e o valor dos créditos tributários pendentes de pagamento.

Art. 54. O Poder Executivo deverá realizar atualização cadastral e/ou recadastramento imobiliário e mercantil, para cumprir a legislação específica e propiciar o efetivo cumprimento do art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 55. O sistema de informação deverá manter-se atualizado e com manutenção continuada do banco de dados cadastrais.

Art. 56. O produto da receita proveniente da alienação de bens será destinado apenas às despesas de capital, nas hipóteses legalmente permitidas.

## CAPÍTULO V DA DESPESA PÚBLICA Seção I Da Execução da Despesa

Art. 57. As despesas serão executadas diretamente pela Administração e/ou por meio de movimentação entre o Município e entes da Federação e entre entidades privadas ou consórcios públicos, por meio de transferências e delegações de execução orçamentária, nos termos da Lei.

Art. 58. O processamento da despesa cujos valores da contratação excedam os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, será formalizado devendo constar de processo administrativo simplificado junto ao setor de execução orçamentária a documentação comprobatória contendo:

**Rua Lourival de Albuquerque, 130 – Centro - Abreu e Lima – PE – CEP – 53560-180**

**CNPJ – 08.637.381/0001-26**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antônio Amaro Bezerra”

- I - a autorização para realizar a despesa;
- II - o termo de adjudicação da licitação;
- III - a autorização para emissão da nota de empenho;
- IV - o instrumento de contrato;
- V - a documentação relativa ao cumprimento do objeto, entrega do bem ou conclusão da etapa da obra ou serviço, que instruirá os procedimentos de liquidação formal da despesa;
- VI - a autorização para pagamento.

Art. 59. O órgão central responsável pela contabilidade do Município e pela consolidação das contas para atender ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 e na legislação aplicável, estabelecerá procedimentos que deverão ser seguidos ao longo do exercício, bem como os procedimentos aplicáveis ao processo de encerramento contábil de 2018.

§ 1º. Os gestores de fundos especiais e entidades da Administração Direta e Indireta ajustarão os sistemas de informação para que sejam consolidadas as contas municipais, a partir da execução orçamentária do mês de janeiro de 2018.

§ 2º. O Poder Legislativo enviará a movimentação da execução orçamentária para o Executivo consolidar e disponibilizar aos órgãos de controle e ao público.

Art. 60. A Secretaria de Administração em conjunto com o Controle Interno do município, visando atender o disposto na alínea “e” inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101 de 2000, o art. 74 da Constituição Federal, bem como, a necessidade de eficiência, eficácia e economicidade na gestão dos recursos públicos, deverá manter um sistema de controle interno integrado que possibilite:

- I - mensurar o desempenho dos programas de governo;
- II - conhecer o custo de cada ação, bem como dos programas de governo;
- III - auxiliar na decisão de alocar recursos necessários a certas atividades;
- IV - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual;
- V - identificar áreas deficientes para priorização nos esforços de melhoramento.

## Seção II

### Das Transferências, das Delegações e dos Consórcios Públicos.

Art. 61. Para as entregas de recursos a consórcios públicos deverão ser observados os procedimentos relativos à delegação ou descentralização, da forma estabelecida nos manuais de contabilidade aplicada ao setor público, em vigor, publicados pela STN.

Art. 62. A transferência de recursos para consórcio público fica condicionada ao consórcio adotar orçamento e execução de receitas e despesas obedecendo às normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas, classificação orçamentária nacionalmente unificada e as disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antônio Amaro Bezerra”

Art. 63. Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2018, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município, a título de contribuições, auxílios ou subvenções sociais, nos termos da Lei, e sua concessão dependerá de atendimento aos requisitos exigidos nesta Lei.

Art. 64. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 65. A concessão de subvenções dependerá da comprovação do atendimento aos requisitos exigidos na legislação, especificados no art. 64, devendo ser demonstrado:

I - de que as entidades beneficiárias sejam de atendimento direto ao público e atendam ao disposto no art. 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, cujas condições de funcionamento sejam consideradas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização;

II - de que exista lei específica autorizando a subvenção;

III - da existência de prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade *do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal*, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e atualizações posteriores;

IV - que a comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, seja mediante atestado firmado por autoridade competente;

V - da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 30 de julho de 2017;

VI - da comprovação que a instituição está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e perante as Fazendas Estadual, Federal e Municipal, nos termos da legislação específica;

VII - de não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere à Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

Art. 66. Na realização das ações de sua competência, o Município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas, bem como o cumprimento do objeto.

Art. 67. É condição preliminar à solicitação dos recursos de que trata esta sessão, a apresentação de projeto instruído com plano de trabalho para aplicação de recursos e demais





# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

documentos exigidos, devendo ser formalizado em processo administrativo, na repartição competente, contendo indicação dos resultados esperados com a realização do projeto.

Parágrafo único. A destinação de recursos a entidades privadas também fica condicionada a prévia manifestação do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria.

Art. 68. Integrará o convênio, que formalizará a transferência de recursos, plano de aplicação, conforme disposições do art. 116 e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

Parágrafo único. Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares, constará no plano de trabalho para aplicação dos recursos, de que trata o caput deste artigo, objetivos, justificativas e metas a serem atingidas com a utilização dos recursos, respectivo cronograma de desembolso e vinculação ao programa de trabalho respectivo.

Art. 69. Também serão permitidos repasses as instituições privadas, sem fins lucrativos, de natureza artística, cultural e esportiva, consoante disposições dos artigos 215 a 217 da Constituição Federal, atendidas as exigências desta Lei.

Art.70. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, bem como do cumprimento integral de todas as cláusulas dos instrumentos de convênio, ajuste ou repasse.

Parágrafo único. A Procuradoria Jurídica do Município expedirá normas sobre as disposições contratuais e de convênios que deverão constar dos instrumentos respectivos, para que sejam aprovados pela área jurídica municipal, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

Art. 71. As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de convênio, repasse ou ajuste.

Art. 72. O órgão central de Controle Interno fiscalizará todo o processo de solicitação, concessão, execução, prestação de contas e avaliação dos resultados.

### **Seção III Das Despesas com Pessoal e Encargos**

Art. 73. No caso da despesa de pessoal chegar a ultrapassar o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite da Receita Corrente Líquida, estabelecido no art. 20, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica vedada a realização de despesas com hora extra, ressalvadas:

- I - às áreas de saúde, educação e assistência social;
- II - os casos de necessidade temporária de excepcional interesse público;
- III - às ações de defesa civil.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Art. 74. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, para atender ao inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 75. Para cumprimento do disposto no art. 7º, inciso IV e no art. 37, inciso X da Constituição Federal, a proposta orçamentária conterá margem de expansão nas despesas de pessoal estimada para o exercício de 2018, devendo ser considerado no cálculo o percentual de acréscimo estabelecido para o salário mínimo nacional do referido exercício.

Parágrafo único. Nas projeções de expansão das despesas de pessoal que integram o Anexo de Metas Fiscais desta LDO, para o salário mínimo, nos termos da legislação federal respectiva, estima-se o valor de R\$ 979,00, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 76. Para as despesas que já estejam previstas na margem de expansão incluída nas dotações de pessoal da LOA de 2018, quando da apresentação de projeto de lei para sua concessão, não haverá impacto orçamentário-financeiro a demonstrar.

Art. 77. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono para atendimento das disposições do art. 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, bem como para pagar o valor do salário mínimo definido no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, até a aprovação de lei municipal contemplando o reajuste.

Parágrafo único. Os abonos concedidos serão compensados quando da concessão de revisão e reajustes, devendo constar os critérios nas leis específicas que concederem as revisões e reajustes.

Art. 78. Poderá haver expansão das ações do Governo Municipal que venham a implicar em aumento de despesa com pessoal, desde que sejam respeitados os limites legais.

§ 1º. O Poder Executivo poderá consignar dotações no orçamento para 2018 destinadas a implantação de programas de desenvolvimento profissional dos servidores municipais.

§ 2º. Também constará no orçamento dotações para o custeio de programas de reestruturação administrativa e modernização da gestão pública municipal.

Art. 79. Havendo necessidade de redução das despesas de pessoal, para atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo, consoante disposições da Constituição Federal, adotará as seguintes medidas:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - rescisão de contratos de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo único. As providências estabelecidas no caput deste artigo serão harmonizadas com as disposições constitucionais, especialmente o art. 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal e legislação infraconstitucional pertinente.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

## **Seção IV Das Despesas com Seguridade Social**

Art. 80. O Município na sua área de competência, para cumprimento das disposições do art. 194 da Constituição Federal, realizará ações para assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

### **Subseção I Das Despesas com a Previdência Social**

Art. 81. Serão incluídas dotações no orçamento de 2018 para realização de despesas em favor da previdência social, devendo os pagamentos das obrigações patronais ser feitos nos prazos estabelecidos na legislação vigente, juntamente com o valor das contribuições retidas dos servidores municipais.

Art. 82. O empenhamento das despesas com obrigações patronais será estimativo para o exercício, por competência, devendo haver o processamento da liquidação em cada mês de competência, de acordo com a legislação previdenciária.

Art. 83. Respeitadas as disposições da legislação específica, serão deduzidos das obrigações patronais os valores dos benefícios pagos diretamente pelo Município aos servidores segurados do INSS.

§ 1º. O pagamento das obrigações previdenciárias tem prioridade em relação às demais despesas de custeio.

§ 2º. Fica autorizado ao Poder Executivo realizar pagamentos das contribuições previdenciárias por meio de débito automático na conta em favor da previdência.

### **Subseção II Das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.**

Art. 84. Para fins de aplicação de recursos públicos em saúde, considerar-se-ão as ações e serviços públicos voltados para a promoção, proteção e recuperação que atendam aos princípios estatuidos no art. 7º da Lei nº 8.080, de 1990 e atualizações.

§ 1º. O recolhimento de lixo hospitalar, não é considerado aplicação de recursos em saúde, devendo ser a despesa custeada por meio de dotações para custeio da limpeza urbana e destinação final dos resíduos sólidos.

§ 2º. São provisões da política de saúde do Município os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de rodas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, assunção de despesas com exames médicos, apoio financeiro para tratamento fora do domicílio, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e outras necessidades de uso pertinentes às atividades de saúde, que passam a integrar o orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 85. As transferências voluntárias de recursos da União para a área de saúde que estejam condicionadas a contrapartida nos termos da LDO da União para 2018, deverão ter dotações no orçamento do Município para seu cumprimento.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antônio Amaro Bezerra”

Art. 86. O Poder Executivo disponibilizará ao Conselho Municipal de Saúde, aos órgãos de Controle Externo e publicará em local visível do prédio da Prefeitura, assim como entregará para publicação na Câmara de Vereadores o demonstrativo de recebimento e aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, bimestralmente.

Art. 87. Compete ao Conselho Municipal de Saúde registrar em ata o recebimento dos demonstrativos contábeis e financeiros citados no caput do artigo 86 e examinar o desempenho da gestão dos programas de saúde em execução no Município.

Art. 88. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos do Fundo Municipal de Saúde, ficarão permanentemente à disposição dos órgãos de controle e do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 89. O Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do Fundo será conclusivo e fundamentado e emitido dentro de 10 (dez) dias após o recebimento da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 90. O Fundo Municipal de Saúde disponibilizará em portal da transparência, na Internet, a execução orçamentária diária, nos termos da lei.

## **Subseção III Das Despesas com Assistência Social**

Art. 91. Para atender ao disposto no art. 203 da Constituição Federal o Município prestará assistência social a quem dela necessitar, nos termos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da legislação aplicável.

Art. 92. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

Art. 93. Serão alocados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social recursos para custeio dos benefícios eventuais da assistência social e para os programas específicos da assistência social.

## **Seção V Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

Art. 94. Integrará à prestação de contas anual o Relatório de Gestão da Educação Básica e demais disposições contidas no art. 27 da Lei nº. 11.494, de 2007 e normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Art. 95. As prestações de contas de recursos do FUNDEB, apresentadas pelos gestores aos órgãos de controle, serão instruídas com parecer do Conselho de Controle Social do Fundo, devendo o referido parecer, fundamentado e conclusivo, ser apresentado ao Poder Executivo no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 96. Será apresentada, preliminarmente, ao Conselho de Controle Social do FUNDEB a prestação de contas anual referente às receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

ensino, devendo o conselho apreciar e emitir parecer dentro de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da prestação de contas.

Art. 97. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados à conta do FUNDEB, assim como os referentes às despesas realizadas, ficarão permanentemente à disposição dos órgãos de controle, especialmente do Conselho de Controle Social do FUNDEB.

Art. 98. O Poder Executivo disponibilizará ao Conselho de Controle Social do FUNDEB, aos órgãos de Controle Externo, publicará em local visível no Prédio da Prefeitura e entregará para publicação na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo VIII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para conhecimento da aplicação de recursos no ensino.

## **Seção VI**

### **Dos Repasses de Recursos ao Poder Legislativo**

Art. 99. O repasse do duodécimo do mês de janeiro de 2018 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2017, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2018, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal, para os repasses de fundos ao Poder Legislativo em 2018.

Art. 100. A Câmara de Vereadores enviará à Prefeitura cópia dos balancetes orçamentários, até o sétimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado e cumprimento das disposições do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

## **Seção VII**

### **Das Despesas com Serviços de Outros Governos**

Art.101. Poderão ser incluídas dotações específicas para custeio de despesas resultantes de convênios, pactos formais e termos de cooperação, no orçamento de 2018, para o custeio de despesas referentes a atividades ou serviços próprios de outros governos.

Art. 102. A assunção de despesas e serviços de responsabilidade do Estado fica condicionada a formalização de instrumentos de convênio ou equivalentes, aprovados pela Procuradoria Jurídica do Município.

## **Seção VIII**

### **Das Despesas com Cultura e Esportes**

Art.103. Constarão do orçamento dotações destinadas ao patrocínio e à execução de programas culturais e esportivos, ficando a concessão de prêmios subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

Art. 104. Nos programas culturais de que trata o art. 103 desta Lei, bem como em programas realizados diretamente pela Administração Municipal, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades artísticas, cívicas, folclóricas, tradicionais e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Art. 105. O projeto destinado à realização de eventos será elaborado nos termos da legislação vigente, conterá memorial descritivo, detalhamento de serviços, montagem de estruturas, especificações técnicas e estimativas de custos, bem como cronograma físico-financeiro compatível com os prazos de licitação, de contratação e de realização de todas as etapas necessárias.

Art. 106. O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos de acordo com as disposições do art. 217 da Constituição Federal e regulamento local.

## **Seção IX Dos Créditos Adicionais**

Art. 107. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto Executivo.

Art. 108. Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do artigo 107, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;
- V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;
- VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas no Município.

Parágrafo único. Nos recursos de que trata o inciso III do caput deste artigo, poderão ser utilizados os valores das dotações consignadas na reserva de contingência.

Art. 109. As solicitações ao Poder Legislativo, de autorizações para abertura de créditos adicionais conterão informações sobre a metodologia de cálculo na mensagem que encaminhar o respectivo projeto de lei.

Art. 110. As propostas de modificações do projeto de lei orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma e o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Art. 111. Durante o exercício os projetos de Lei, enviados à Câmara Municipal de Vereadores, destinados a abertura de créditos especiais, incluirão as modificações pertinentes no Plano Plurianual, para compatibilizar a execução dos programas de governo envolvidos, com a execução orçamentária respectiva.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Art. 112. Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício de 2017 poderão ser reabertos em 2018, até o limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício.

Art.113. As permutas de fontes de recursos, bem como, modalidades de aplicação, respeitadas a mesma categoria de programação, categoria econômica da despesa, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa, não constituem créditos adicionais ao orçamento.

Parágrafo único. As alterações nos recursos orçamentários efetuadas nos termos do caput deste artigo poderão ser efetuadas através de portaria do Secretário de Finanças.

Art.114. Havendo necessidade de suplementação de dotações da Câmara Municipal, esta solicitará por ofício ao Poder Executivo, que terá o prazo máximo de 10(dez) dias úteis para abrir o crédito por meio de Decreto e comunicar à Câmara de Vereadores.

§ 1º. O Poder Legislativo indicará tanto a dotação que será suplementada, como aquela que será anulada no Orçamento da Câmara Municipal, quando da solicitação de abertura de crédito adicional ao Executivo, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º. O valor dos créditos orçamentários abertos em favor do Poder Legislativo não onera o percentual de suplementação autorizado na Lei Orçamentária de 2018.

Art.115.Os créditos extraordinários são destinados a despesas imprevisíveis e urgentes como em caso de calamidade pública, consoante disposições do § 3º do art. 167 da Constituição Federal, e serão abertos por Decreto do Poder Executivo, que deles dará conhecimento ao Poder Legislativo.

Parágrafo único. Os créditos extraordinários, respeitada a legislação federal pertinente, não dependem de recursos orçamentários para sua abertura.

Art. 116. Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos de nº 194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites constitucionais.

## Seção X

### Das Mudanças na Estrutura Administrativa

Art. 117. O Poder Executivo poderá atualizar sua estrutura administrativa e orçamentária para atender de forma adequada as disposições legais, operacionais e a prestação dos serviços à população, bem como atender ao princípio da segregação de funções na administração pública, por meio de Lei específica.

Art.118. Havendo mudança na estrutura administrativa que tenha sido autorizada pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir, transpor ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento para o exercício de 2018, ou em crédito especial, decorrentes da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

§ 1º. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o *caput* poderá haver reajuste na classificação funcional.

§ 2º. Mudanças na estrutura administrativa autorizada por Lei, onde conste autorização para abertura de crédito adicional especial no final do exercício de 2017, em consonância com a regra do § 2º do art. 167 da Constituição Federal, ocorrida após a apresentação da proposta orçamentária à Câmara, poderão ser reabertos no mês de janeiro de 2018, para que seja iniciada a execução orçamentária do referido exercício com a nova estrutura.

## Seção XI Do Apoio aos Conselhos

Art. 119. Os Conselhos e Fundos Municipais terão ações custeadas pelo Município, desde que encaminhem seus planos de trabalho e/ou propostas orçamentárias parciais, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas, para que sejam incluídas nos projetos e atividades do orçamento municipal, da forma prevista nesta lei e na legislação aplicável.

Parágrafo único. Os planos de trabalho e os orçamentos parciais de que trata o *caput* deste artigo deverão ser entregues até o último dia útil do mês de agosto de 2017, para que o Setor de Planejamento do Poder Executivo faça a inclusão no Projeto do PPA 2018 - 2021 e na proposta orçamentária para 2018.

## Seção XII Da Geração e do Contingenciamento de Despesa

Art. 120. O Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será publicado da forma definida na alínea “b” do inciso “I” do art. 97 da Constituição do Estado de Pernambuco.

§ 1º A contabilidade terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para produzir os demonstrativos de impacto orçamentário e financeiro, depois de solicitado o estudo de projeção da despesa nova e de indicação das fontes de recursos respectivas, devendo ser informados pelo órgão solicitante os valores necessários à realização das ações que serão executadas por meio do programa novo, para propiciar a montagem da estrutura de cálculo do impacto.

§ 2º Idêntico prazo, ao do § 1º, terá o setor de recursos humanos para disponibilizar folhas de pagamento simuladas que instruirão cálculos de estudo de impacto orçamentário e financeiro para efeito de análise de reflexos de acréscimos na despesa de pessoal na hipótese de concessão de reajuste salarial.

Art. 121. O Poder Legislativo disponibilizará dados, demonstrativos e informações contábeis ao Órgão de Contabilidade Geral do Município para efeito de consolidação, de modo que possam ser entregues nos prazos legais, relatórios, anexos e demonstrações contábeis às instituições de controle externo e social.

Art. 122. O Órgão Central de Controle Interno conferirá a exatidão dos dados e informações de que trata o art. 121, assim como o cumprimento dos prazos.

Art. 123. Antecede à geração de despesa nova a publicação de demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário e financeiro.





# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Parágrafo único. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e atualizações posteriores.

Art. 124. No caso das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no ANEXO II desta Lei, não serem cumpridas por insuficiência na arrecadação de receitas, os Poderes promoverão reduções nas despesas, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, fixadas por atos próprios as limitações ao empenhamento de despesas e à movimentação financeira.

Art. 125. No caso de insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, serão estabelecidos procedimentos para a limitação de empenho, devendo ser seguida a seguinte ordem de prioridade:

- I - obras não iniciadas;
- II - desapropriações;
- III - instalações, equipamentos e materiais permanentes;
- IV - contratação de pessoal;
- V - serviços para a expansão da ação governamental;
- VI - materiais de consumo para a expansão da ação governamental;
- VII - fomento ao esporte;
- VIII - fomento à cultura;
- IX - fomento ao desenvolvimento;
- X - serviços para a manutenção da ação governamental;
- XI - materiais de consumo para a manutenção da ação governamental.

Parágrafo único. A limitação de empenho e a movimentação financeira serão em percentuais proporcionais às necessidades.

Art.126. Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal e encargos sociais.

Art.127. Havendo alienação de bens será aberta conta específica para recebimento e movimentação dos recursos, que serão destinados apenas à realização de despesas de capital.

Parágrafo único. As receitas de capital originárias da alienação de bens adquiridos e em uso na Câmara de Vereadores serão utilizadas para aquisição de novos bens para uso do Poder Legislativo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

## CAPÍTULO VI

### DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

#### Seção Única

#### Da Programação Financeira

Art.128. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2018, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira, o cronograma de desembolso, as metas bimestrais de arrecadação e publicará o quadro de detalhamento da despesa.

§ 1º. Os anexos da Lei Orçamentária de 2018 poderão ser elaborados, aprovados e publicados com o detalhamento da despesa até o nível de elemento, situação em que fica dispensada a publicação do quadro de detalhamento da despesa.

§ 2º. O Quadro de Detalhamento da Despesa discriminará a natureza até o elemento de despesa, de acordo com a classificação nacionalmente unificada e de conformidade com os grupos de despesa de cada dotação.

§ 3º. O Decreto que aprovar a programação financeira será instruído com a indicação da metodologia utilizada para elaboração dos demonstrativos que integrem a programação.

§ 4º. O cronograma mensal de desembolso será elaborado considerando a divisão da receita estimada e da despesa autorizada por 12 (doze), correspondendo aos meses do exercício.

§ 5º. Durante a execução orçamentária no exercício de 2018, na construção da programação financeira levar-se-á em consideração a receita efetivamente realizada, frente às projeções estimadas no cronograma mensal de desembolso, para propiciar tomar decisões sobre providências para contingenciamento de despesas e/ou para geração de superávit primário.

Art. 129. Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou seja, a receita arrecadada até o bimestre, ser inferior à previsão, aplicam-se às normas estabelecidas nos artigos 125 e 126 desta Lei.

Art. 130. Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão aplicados apenas no atendimento do objeto da sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele que ocorrer o ingresso.

## CAPÍTULO VII

### DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

#### Seção única

#### Das Prestações de Contas

Art. 131. A prestação de contas do Poder Executivo, relativa ao exercício de 2018, será apresentada, até o dia 30 de março de 2019, ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, composta da documentação e das demonstrações contábeis:

I - do Poder Executivo; e



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

II - de forma consolidada do Município, incluindo os balanços consolidados de ambos os Poderes.

§ 1º. Será disponibilizado à Câmara, ao Tribunal de Contas e colocado na Internet à disposição da sociedade a prestação de contas do exercício de 2018, em versão eletrônica, na forma estabelecida em lei e/ou regulamento.

§ 2º. O controle interno fiscalizará a execução orçamentária, física e financeira dos convênios, contratos e outros instrumentos, assim como acompanhará o processo de elaboração da respectiva prestação de contas no exercício de 2018.

Art. 132. O titular do órgão central de controle interno apresentará relatório geral das atividades do órgão junto com a prestação de contas geral do Poder Executivo de 2018.

## CAPÍTULO VIII DO ORÇAMENTO E DA GESTÃO DOS FUNDOS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

### Seção Única Do Orçamento e da Gestão dos Fundos e Órgãos da Administração Indireta

Art.133. Serão consignadas dotações orçamentárias específicas para o custeio de despesas com pessoal e encargos vinculados aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, compreendendo:

- I - despesas de pessoal de magistério da educação básica;
- II - demais despesas de pessoal da educação.

Art.134. Os programas destinados a atender ações finalísticas e aqueles financiados com recursos provenientes de transferências voluntárias oriundas de convênios, preferencialmente, deverão ser administrados por gestor designado pelo Prefeito ou pelo gestor do fundo a qual esteja vinculado.

Art. 135. O gestor de programas finalísticos e de convênios acompanhará a execução orçamentária, física e financeira das ações que serão realizadas pelo programa e alcance dos objetivos do convênio.

Art. 136. O gestor do programa deverá monitorar continuamente a execução, disponibilizar informações gerenciais e emitirá relatórios sobre a mensuração por indicadores do desempenho do programa.

Parágrafo único. O Gestor de Convênios será responsável pela prestação de contas do convênio respectivo até sua regular aprovação, monitoramento do CAUC, alimentação e consultas ao Sistema de Convênios (SICONV) e atendimento de diligências.

Art.137. Serão realizadas audiências públicas para cumprimento das disposições especificadas na legislação aplicável, especialmente para demonstrar o cumprimento de metas fiscais.

Art.138. Os conselheiros municipais, integrantes dos conselhos de controle social respectivos, deverão ser convidados para as audiências públicas.

**Rua Lourival de Albuquerque, 130 – Centro - Abreu e Lima – PE – CEP – 53560-180  
CNPJ – 08.637.381/0001-26**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Art. 139. Aplicam-se aos gestores de programas as disposições desta seção.

## CAPÍTULO IX

### DAS VEDAÇÕES LEGAIS

#### Seção Única

#### Das Vedações

Art. 140. É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou onde estiver eventualmente lotado.

Art.141. São vedados:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários;
- III - a abertura de créditos suplementar ou especial sem autorização legislativa;
- IV - a inclusão de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e créditos adicionais destinados ao pagamento de precatórios;
- V - a movimentação de recursos oriundos de convênios em conta bancária que não seja específica;
- VI - a transferência de recursos de contas vinculadas a fundos, convênios ou despesas para outra conta que não seja a do credor de obras, serviços ou fornecimento de bens legalmente contratados com recursos do convênio;
- VII - a utilização de saldos de dotações destinadas a pessoal, encargos sociais, amortização e serviço da dívida para servir de recursos para abertura de créditos adicionais destinados a suplementação de dotações destinadas a outras despesas.

Art. 142. Não se inclui nas vedações a assunção de obrigações decorrentes de parcelamentos de dívidas com órgãos previdenciários, Receita Federal do Brasil, FGTS e PASEP, bem como junto a concessionárias de água e energia elétrica, obedecida à legislação pertinente.

## CAPÍTULO X

### DAS DÍVIDAS E DO ENDIVIDAMENTO

#### Seção I

#### Dos Precatórios



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Art.143. O orçamento para o exercício de 2018 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios.

Art.144. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até o último dia útil do mês de junho de 2017, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2018.

Art.145. A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo o Poder Executivo, periodicamente, oficiar aos Tribunais de Justiça e do Trabalho, para efeito de conferência dos registros e ordem de apresentação.

Art.146. Para fins de acompanhamento, a Procuradoria Municipal examinará todos os precatórios e informará aos setores envolvidos, especialmente os órgãos citados no artigo 145, orientará a respeito do atendimento de determinações judiciais e indicará a ordem cronológica dos precatórios existente no Poder Judiciário.

## **Seção II Da Celebração de Operações de Crédito**

Art. 147. Poderá constar da Lei Orçamentária para 2018, autorização para celebração de operações de crédito.

Art. 148. A autorização, que contiver na Lei Orçamentária de 2018, para contratação de operações de crédito será destinada ao atendimento de despesas de capital, observando-se, ainda, os limites de endividamento e disposições estabelecidos na legislação específica e em Resoluções do Senado Federal.

Art. 149. É permitida a realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) no exercício de 2018, observadas as disposições da legislação nacional específica e orientação do Manual de Instrução de Pleito - MIP, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 150. Constará do projeto de lei orçamentária autorização para celebração de operações de crédito por antecipação de receita.

Parágrafo único. Incluem-se nas autorizações constantes dos artigos 147 e 148 a celebração de operações de crédito para execução de investimentos por meio de programas do tipo PMAT, PNAFM, PROVIAS, PROTRANSPORTE, CAMINHO DA ESCOLA.

Art.151. A assunção de obrigações que resultem em dívida fundada precisará de autorização da Câmara de Vereadores.

## **Seção III Da Amortização e do Serviço da Dívida Consolidada**

Art.152. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Consolidada, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

Art.153. Serão consignadas dotações destinadas ao pagamento de juros, amortizações e encargos legais das dívidas.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Art. 154. Serão consignadas, no Orçamento de 2018, dotações para o custeio do serviço das dívidas públicas, inclusive àquelas relacionadas com operações de crédito de longo prazo, contratadas ou em processo de contratação junto ao BNDES, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal e outras instituições, para a realização de investimentos no Município.

Art. 155. Na proposta orçamentária para 2018 será considerada a geração de superávit primário para o pagamento dos encargos e da amortização de parcelas das dívidas, inclusive com órgãos previdenciários.

## CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

### Seção I

#### Dos Prazos, Tramitação, Sanção e Publicação da Lei Orçamentária

Art. 156. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2018 será entregue ao Poder Legislativo até o dia 05 de outubro de 2017 e devolvida para sanção até 05 de dezembro de 2017.

Art. 157. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2018, será entregue ao Poder Executivo até o último dia útil do mês de agosto de 2017, para efeito de inclusão das dotações do Poder Legislativo na proposta orçamentária do Município, referenciada no art. 156, desta Lei.

§ 1º. Junto com a proposta orçamentária para inclusão no Orçamento, de que trata o artigo anterior, a Câmara de Vereadores enviará, ao Poder Executivo, os programas do Poder Legislativo que serão incluídos no Plano Plurianual PPA 2018-2021.

§ 2º. O Poder Legislativo poderá solicitar modelo de planilha de programa e as instruções que entender conveniente ao Poder Executivo, para estruturar seus programas e ações que constarão do PPA 2018-2021.

Art. 158. A despesa autorizada para o Poder Legislativo no Orçamento de 2018 terá a execução condicionada ao valor da receita efetivamente arrecadada até o final do exercício de 2017, conforme estabelece o art. 29-A e seus incisos, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009.

Art. 159. Caso o Projeto da Lei Orçamentária (LOA 2018) não for sancionado até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada em 2018 para o atendimento de:

- I - despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais do Município;
- II - ações de prevenção a desastres classificadas na Subfunção Defesa Civil;
- III - ações em andamento;
- IV - obras em andamento;
- V - manutenção dos órgãos e unidades administrativas para propiciar o seu regular funcionamento e a prestação dos serviços públicos;
- VI - execução dos programas finalísticos e outras despesas correntes de caráter inadiável.

Art. 160. Ocorrendo a situação prevista no caput do artigo anterior, para despesas de pessoal, de manutenção das unidades administrativas, despesas de caráter continuado e para o custeio do serviço e da amortização da dívida pública, fica autorizada a emissão de empenho estimativo para o exercício.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Art. 161. No caso de haver comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito da Câmara Municipal, poderá haver retificação nos autógrafos da Lei Orçamentária de 2018.

## Seção II

### Da Transparência, das Audiências Públicas e das Disposições Finais e Transitórias.

Art.162. A transparência da gestão municipal também será assegurada por meio de:

- I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração do orçamento e dos planos;
- II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, de informações sobre a execução orçamentária e financeira, em meio eletrônico de acesso público.

Art. 163. Os relatórios de execução orçamentária (RREO) e de gestão fiscal (RGF), bem como a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a prestação de contas serão disponibilizados na internet pelo Poder Executivo, para conhecimento público.

Art. 164. A comunidade poderá participar da elaboração da LOA 2018 e do PPA 2018-2021 por meio de audiências públicas e oferecer sugestões:

- I - ao Poder Executivo, até o último dia útil do mês de agosto de 2017, junto à Secretaria de Planejamento;
- II - ao Poder Legislativo, na comissão técnica de orçamento e finanças, durante o período de tramitação da proposta orçamentária e do projeto do plano plurianual, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais da Câmara e em audiências públicas promovidas pela referida comissão, com ou sem a participação do Poder Executivo.

Art. 165. Serão elaboradas atas das audiências públicas e registro de presenças.

Art. 166. Para fins de realização de audiência pública será observado:

- I - Quanto ao Poder Legislativo:
  - a) Que a condução da audiência fique a cargo da Comissão Técnica da Câmara que tem as atribuições, no âmbito municipal, definidas pelo § 1º do art. 166 da Constituição Federal;
  - b) Convocar a audiência com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis e comunicar formalmente ao Poder Executivo.
- II - Quanto ao Poder Executivo:
  - a) Receber comunicação formal da data da audiência, quando realizada na Câmara de Vereadores;
  - b) Disponibilizar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da audiência de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Resumido de Execução Orçamentária (RREO);
  - c) Quando a audiência pública for realizada no âmbito do Poder Executivo, seguir o mesmo prazo do Inciso I, alínea “b”, deste artigo e comunicar, formalmente, à Câmara de Vereadores e aos Conselhos de Controle Social.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

§ 1º. Poderão ser realizadas audiências públicas conjuntas dos Poderes Legislativo e Executivo, na Câmara de Vereadores, para tratar do PPA 2018-2021 e da LOA 2018.

§ 2º. As atas das audiências públicas serão disponibilizadas ao Poder Executivo para juntar à prestação de contas anual.

Art. 167. Os titulares dos Poderes referidos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000 disponibilizarão, por meio do SICONFI, os respectivos relatórios de gestão fiscal, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada quadrimestre.

Parágrafo único. O Poder Executivo disponibilizará ao Poder Legislativo demonstrativo da Receita Corrente Líquida, para propiciar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal do Legislativo.

Art. 168. Para a realização de investimentos e de obras estruturadoras, poderão ser feitas parcerias público-privadas, nos termos da Lei Federal nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004.

Art. 169. Após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2018, ainda no exercício de 2017, o Poder Executivo poderá:

I - planejar as despesas para execução de programas, realização dos serviços públicos e execução de obras, fazer a programação das necessidades, elaborar projetos básicos e termos de referência, estabelecer programação financeira e cronograma de desembolso;

II - autorizar o início de processos licitatórios para contratação no próximo exercício, indicando as dotações orçamentárias constantes no orçamento de 2018.

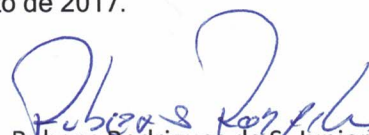
Art. 170. Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I - ANEXO I: Anexo de Prioridades;
- II - ANEXO II: Anexo de Metas Fiscais;
- III - ANEXO III: Anexo de Riscos Fiscais.


Art. 171. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de Agosto de 2017.

  
Rostand Cavalcanti Belém  
Presidente

  
Rubens Rodrigues da S. Junior  
1º Vice-Presidente

  
Maria Salomé de Araujo  
2º Vice-Presidente

  
Elton Lennin de Souza Vasconcelos  
1º Secretário

  
Maria do Carmo Galdino de Freitas Santos  
2ª Secretária





# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

#### GOVERNO

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Planejar e gerir, de forma integrada, a ação governamental.	Ação governamental planejada	-	-
Coordenar e desenvolver atividades de apoio ao Gabinete do Prefeito.	Gabinete do prefeito apoiado	-	-
Administrar com eficiência, promovendo a racionalização dos gastos públicos e a transparência das ações do município.	Gestão transparente	-	-
Formular, supervisionar e coordenar a política de ação governamental.	Ação governamental formulada	-	-
Aperfeiçoar os instrumentos de participação e controle social das políticas públicas municipais.	Controle social aperfeiçoado	-	-
Desenvolver atividades técnicas e assegurar o suporte administrativo-financeiro às ações da Secretaria.	Atividades administrativas mantidas	-	-
Garantir condições para a ação governamental a fim de oferecer atendimento adequado, rápido, eficiente e eficaz da cidadania.	Atendimento eficiente	-	-
Promover, coordenar e desenvolver atividades de apoio à coordenadoria da mulher.	Atividades desenvolvidas	-	-

#### ADMINISTRAÇÃO

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Aperfeiçoar os processos administrativos visando tornar a Secretaria de Administração mais eficiente e eficaz.	Processos administrativos eficientes e eficazes	-	-
Desenvolver atividades técnicas e assegurar o suporte administrativo-financeiro às ações da Secretaria.	Atividades administrativas mantidas	-	-
Promover e implementar ações de modernização da administração pública municipal.	Administração pública modernizada	-	-
Assegurar o pagamento dos compromissos administrativos e encargos sociais referentes aos servidores municipais.	Encargos sociais e compromissos administrativos assegurados	-	-
Promover gestões necessárias ao eficiente andamento da administração municipal e à valorização dos recursos humanos.	Servidores valorizados	-	-



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Desenvolver as ações voltadas à previdência social dos servidores municipais inativos e seus dependentes.	Previdência social garantida	-	-
Garantir a conservação e manutenção do Patrimônio Público.	Patrimônio conservado	-	-

### PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Revisar o Plano Diretor e Lei de Uso do Solo.	Plano revisado	Unidade	01
Elaborar o Código de Edificações e Postura.	Código de obras	Unidade	01
Desenvolver, coordenar, elaborar e monitorar os planos, programas e projetos da administração municipal.	Projetos elaborados	Unidade	05
Plano de saneamento básico.	Plano elaborado, revisado e implantado, através do Consórcio Metronorte.	Unidade	01
Plano de mobilidade.	Plano elaborado, revisado e implantado, através do Consórcio Metronorte.	Unidade	01
Implantar o núcleo de processamento.	Núcleo implantado	Unidade	01
Fomentar Consórcio Metronorte.	Consórcio fomentado	Unidade	01
Promover gestões necessárias ao eficiente andamento da Secretaria de Planejamento e Gestão, e a estruturação e organização da mesma com a valorização dos recursos humanos.	Estruturação e organização da Secretaria e servidores valorizados	Unidade	02

### FINANÇAS

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Formular, supervisionar, coordenar e executar as atividades referentes à gestão financeira dos recursos públicos com eficiência e transparência.	Transparência e eficiência nas atividades financeiras do município	-	-
Desenvolver atividades técnicas e assegurar o suporte administrativo-financeiro às ações da Secretaria.	Suporte às atividades da Secretaria	-	-
Cumprir com as obrigações financeiras do município, encarregar-se do pagamento de despesas relativas a direitos e obrigações sociais	Cumprir com as obrigações financeiras do município	-	-



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

#### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

e outros encargos de pessoal.			
Assegurar maior eficiência ao sistema de fiscalização e arrecadação municipal, promovendo, criando e executando políticas eficientes dos procedimentos de cobrança.	Sistema de fiscalização eficiente	-	-
Interagir com os demais poderes constituídos, mormente com a celebração de acordos e outras avenças que permitam a otimização de arrecadação, cobrança e administração tributária.	Otimização da arrecadação	-	-
Dotar a administração municipal de estatuto e fundamentos que promovam o aumento da arrecadação.	Procedimentos administrativos aperfeiçoados	-	-

#### EDUCAÇÃO

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Planejar, implementar, coordenar, supervisionar e avaliar as ações político programáticas da educação municipal e dos recursos humanos da Secretaria.	Gestão da Secretaria de Educação eficaz e eficiente.	Unidade	Diversas
Dotar o município com escolas com estrutura física adequada e profissionais capacitados.	Rede Escolar com infraestrutura e equipamentos adequados, bem como profissionais capacitados.	Unidade	Diversas
Assegurar e ampliar o acesso e a oferta ao ensino infantil, séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e EJA de forma inclusiva, com ações integradas de forma a garantir a qualidade do desempenho escolar dos estudantes.	Universalização do acesso ao Ensino Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e EJA de forma inclusiva e com qualidade.	Unidade	Diversas
Garantir a igualdade de condições de acesso e permanência com bom desempenho do estudante matriculado na rede municipal de ensino.	Acessibilidade assegurada com bom desempenho escolar.	Escolas/ alunos	Diversas
Desenvolver atividades de aperfeiçoamento técnico com vistas assegurar o suporte administrativo/financeiro da Secretaria de Educação.	Garantia na execução das ações administrativas da Secretaria de Educação com qualidade e eficiência.	Unidade	Diversas
Garantir o pagamento de encargos e contribuições previdenciárias dos	Encargos e contribuições previdenciárias efetuadas		



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

servidores da Secretaria de Educação.	nos prazos.	-	-
Fornecer alimentação escolar de forma a suprir as necessidades nutricionais diárias dos estudantes, durante sua permanência na escola.	Estudantes nutridos de forma adequada, segundo os parâmetros nutricionais.	Escola / estudantes	34 escolas 6.220 estudantes
Ampliar quantitativamente os programas de aquisição de materiais didático-pedagógicos e fardamento escolar.	Escolas e alunos com material didático-pedagógico e fardamento garantido.	Unidade	Diversas
Reestruturar a Biblioteca Pública Municipal com aquisição de acervo.	Biblioteca implementada.	Títulos	1.300
Construir escolas a fim de atender a demanda instalada em educação infantil e Ensino Fundamental.	Escola construída e demanda instalada atendida.	Unidade	01
Garantir espaço para funcionamento dos Conselhos.	Espaço dos Conselhos assegurado.	Unidade	01
Proporcionar capacitação para conselheiros dos Conselhos.	Conselheiros qualificados para o exercício do controle social e acompanhamento das políticas de educação.	Unidade	50
Assegurar transporte para os estudantes da rede municipal de ensino.	Transporte garantido aos estudantes da rede municipal de ensino.	Unidade	Diversas
Implantar novos laboratórios de informática nas escolas, garantindo os suprimentos e periféricos necessários ao seu funcionamento.	Laboratórios implantados e em funcionamento adequado às necessidades pedagógicas dos estudantes.	Unidade	04
Acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação.	Plano Municipal de Educação acompanhado e avaliado.	Unidade	01
Realizar torneios, festivais, concursos literários e outros eventos que possibilitem uma maior integração e melhoria da qualidade do ensino.	Eventos realizados contribuindo para a difusão, publicização e integração das escolas da rede.	Unidade	02
Garantir formação continuada de professores com vistas a melhoria da qualidade da educação e a valorização profissional.	Professores da rede capacitados.	Unidade	450
Garantir a contratação de interprete de linguagem de libras para auxiliar professores cujas salas de aula/escolas possuam estudantes com dificuldades	Interprete de libras contratados.	Unidade	Diversas



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I PRIORIDADES LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

auditivas (surdo-mudo).			
-------------------------	--	--	--

### SAÚDE

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
<b>1 – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>			
Realizar as Reuniões Ordinárias.	Reunião ordinária realizada	Percentual	11 Reuniões Ordinárias
Realizar as Reuniões Extraordinárias quando necessário.	Reuniões Extraordinárias realizadas	Unidade	03 Reuniões Extraordinárias
Manter estrutura adequada para o funcionamento Conselho Municipal de Saúde.	Funcionamento Conselho Municipal de Saúde	Unidade	Realizar estruturação \ reforma da sede do CMS
Implantar Programa de Inclusão Digital – PID no CMS.	Programa de Inclusão Digital – PID implantado	Unidade	Implantar 01 PID
Realizar oficinas em Saúde do Trabalhador.	Oficina realizada	Unidade	01 oficina
Realizar capacitação e qualificação dos conselheiros de saúde.	Capacitações Realizadas	Percentual	70% dos conselheiros de saúdes
<b>2 – GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO (GABINETE)</b>			
Implementar o organograma da secretaria de saúde respeitando as diretrizes e normatizações vigente do SUS (Lei 8.080/90 e Lei Complementar 141/2012).	Organograma	Unidade	01 organograma
Implantar serviço de Ouvidoria Municipal.	Ouvidoria Municipal implantada	Unidade	Implantar 01 ouvidoria municipal
Implementar ações sistemática de divulgação da Ouvidoria.	Divulgação das ações de ouvidoria	Unidade	Realizar 01 ação semestralmente
Elaborar instrumento para pesquisa de satisfação do usuário do SUS.	Instrumento elaborado	Unidade	Elaborar 01 instrumento
Implantar pesquisa de avaliação de satisfação dos usuários do SUS.	Pesquisa implantada	Unidade	01 pesquisa\ano
<b>3 – GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)</b>			



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Implantar área contábil do Fundo Nacional de Saúde na Secretaria de Saúde.	Área contábil	Unidade	01 Setor contábil
Implantar área Financeira do Fundo Nacional de Saúde na Secretaria de Saúde.	Área Financeira	Unidade	01 Setor Financeiro
Promover e Assegurar o Apoio Administrativo necessário ao bom desempenho das atividades do órgão.	Apoio administrativo	Unidade	Contração de 01 profissional com experiência em saúde pública para dar apoio à gestão
Promover a realização de encontros administrativos junto aos serviços de saúde municipal.	Encontros	Unidade	Realizar 02 encontros administrativos
Construção\Reforma, Manutenção das Edificações assistenciais de saúde.	Finalização das obras	Unidade	100% das unidades de saúde com construção e reformas finalizadas
Aquisição de Materiais para atender o FMS.	Materiais	Unidade	01 aquisição de Materiais
Aquisição de Equipamentos para atender o FMS.	Equipamentos	Unidade	01 aquisição de equipamentos
<b>4 – FORTALECIMENTO DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE</b>			
Elaborar Manual de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	Manual elaborado	Unidade	01 Manual
Elaborar instrutivo interno para regulamentação da participação de servidores em cursos interno e externos (congressos, simpósios, seminários, cursos, oficinas, etc.)	Instrumento interno elaborado	Unidade	01 instrutivo interno elaborado
Implantar processo de avaliação de desempenho com a participação das entidades de trabalhadores através dos Fóruns de planejamento.	Implantação da avaliação por desempenho	Unidade	Realização de 01 proposta de avaliação por desempenho
Realizar concurso público com caráter multiprofissional de acordo com as necessidades dos serviços de saúde.	Concurso realizado	Unidade	Realizar 01 concurso público
Promover capacitações para os servidores da saúde.	Capacitações realizadas	Unidade	02 capacitações
<b>5 – REALIZAR O PLANEJAMENTO, O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO EM SAÚDE</b>			
Fortalecer as ações de Planejamento do SUS nos	Ações de planejamento	Unidade	Realizar semestralmente planejamento estratégico



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

serviços de saúde.			com os gestores dos serviços de saúde
Produzir os instrumentos de planejamento do SUS em consonância com o Plano Municipal e a Programação Anual de Saúde.	Instrumentos produzidos	Unidade	Produzir 01 Instrumento de Planejamento
Realizar treinamento sobre programação e planejamento de saúde.	Treinamentos realizados	Unidade	Realizar 01 treinamento
Monitorar e apresentar quadrimestralmente a Programação Anual de Saúde/ Plano Municipal de Saúde	Monitoramento realizado	Unidade	01 monitoramento\apresentação realizada
Intensificar a realização das reuniões mensais do colegiado de gestores.	Reuniões de colegiado realizadas	Unidade	12 reuniões do coligado de gestores
Apoiar a realização dos fóruns de planejamento.	Fóruns de planejamento realizado	Unidade	Realizar 01 (um) fórum de planejamento
Monitorar os serviços e as unidades geridas pela gestão de saúde municipal.	Monitoramento realizado	Unidade	100% dos serviços de saúde monitorados semestralmente
Incorporar indicadores de produção para avaliação de serviços de saúde.	Indicadores incorporados para a avaliação por desempenho	Unidade	Realizar 04 monitoramentos quadrimestralmente dos indicadores para avaliação dos serviços de saúde
Criar Instrumento para avaliar a satisfação do usuário do SUS.	Instrumento criado	Unidade	Elaborar 01 instrumento para avaliação da satisfação do usuário
Aferir a satisfação dos usuários do SUS no município.	Satisfação do usuário aferida	Unidade	Aferir anualmente a satisfação dos usuários do SUS no município.
Monitorar os indicadores do PMAQ mensalmente com produção e envio de relatório aos atores envolvidos.	Monitoramento do PMAQ realizado	Unidade	12 monitoramentos e envio aos atores envolvidos dos indicadores do PMAQ
Realizar monitoramento dos indicadores do Pacto pela saúde com envio de relatório aos envolvidos.	Monitoramento do realizado	Unidade	Monitorar semestralmente
Realizar monitoramento das ações de média complexidade (exames, consultas de	Monitoramento realizado	Unidade	Monitorar quadrimestralmente as ações de média complexidade



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

especialidades, fluxos e demanda) com envio de relatório aos atores envolvidos.			(exames, consultas de especialidades, fluxos e demanda.
<b>6 – REALIZAR REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS AÇÕES E SERVIÇOS</b>			
Implementar a informatização das ações da central de regulação municipal.	Informatização implantada	Percentual	30% das unidades de saúde com o serviço de regulação informatizado
Realizar capacitação com os profissionais de saúde para utilização do SISREG.	Capacitações realizadas	Percentual	40% dos profissionais capacitados
Implantar Sistema regulador nas unidades de Saúde (SISREG).	Sistema implantado	Percentual	30% das unidades de saúde com SIS REG implantado
<b>7 – GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE (NÚCLEO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE)</b>			
Implantar a Gestão de Tecnologia de Informação da Secretaria de Saúde.	Gestão de Tecnologia	Unidade	01 GTIS
Contratar profissional para Gerência de GTIS.	Profissional	Unidade	01 gerente
Implementar os fóruns de planejamento através dos dados obtidos nos sistemas de informação.	Fóruns de planejamento	Unidade	Realizar 01 fórum semestralmente
Realizar capacitações com os profissionais envolvidos.	Capacitações com os profissionais	Unidade	Realizar 01 capacitação
Realizar divulgação das informações em saúde.	Divulgação das informações	Unidade	Realizar trimestralmente (4) divulgação das informações em saúde
Confeccionar e distribuir boletins informativos dos indicadores e metas da saúde municipal.	Distribuir boletins informativos	Unidade	Confeccionar e distribuir semestralmente 01 boletim informativo
Informatizar a rede municipal de saúde conforme as normatizações estabelecidas pelo Ministério da Saúde.	Informatização da rede municipal	Unidade	50% dos serviços de saúde com os sistemas de informação em saúde implantados
Estabelecer fluxo de coleta regular dos serviços de saúde.	Fluxo de coleta	Unidade	Realizar semanalmente a coleta das 7 informações de saúde (52 coletas)
Monitorar a completude das informações com emissão de relatórios.	Monitoramento realizado	Unidade	Realizar mensalmente (12) monitoramento as informações e encaminhar relatórios aos setores pertinentes.





# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

<b>8 – AUDITORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE</b>			
Implantar o serviço de Auditoria na gestão municipal de saúde.	Serviço de auditoria implantado	Unidade	Implantar 01 coordenação e\ou gerência de auditoria
Auditar os serviços de saúde conveniados ao SUS.	Serviços auditados	Unidade	100% dos serviços de saúde auditados
Encaminhar relatório quadrimestral dos serviços de saúde auditado e encaminhar aos atores envolvidos.	Relatórios encaminhados	Unidade	Realizar e encaminhar 04 relatórios dos serviços de saúde auditados
Assegurar a participação em curso de especialização em saúde pública com foco em auditoria.	Participação em cursos	Unidade	02 participações em curso de especialização em saúde pública com foco em auditoria
<b>9 – GESTÃO ADMINISTRATIVA E LOGÍSTICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE</b>			
Implantar o setor de compras suprimento e logística da Secretaria de Saúde com responsável técnico conforme organograma.	Setor de compras	Unidade	01 setor de compras
Implantar o setor de Licitação próprio da secretaria de Saúde com responsável técnico conforme organograma desvinculando da licitação da prefeitura.	Setor de Licitação	Unidade	01 setor de Licitação
Implementar o setor de transporte da saúde desvinculando da secretaria de transporte da prefeitura.	Setor de transporte	Unidade	01 setor de Transporte
Assegurar locação de imóvel para a implantação do Setor de Almoxarifado da Secretaria de Saúde.	Almoxarifado	Unidade	01 setor de Licitação
Implantar o setor de Manutenção da Secretaria de Saúde com responsável técnico conforme organograma.	Setor de Manutenção	Unidade	01 setor de manutenção
Implantar o setor de Patrimônio da Secretaria de Saúde com responsável técnico conforme organograma.	Setor de Patrimônio	Unidade	01 setor de patrimônio
<b>10 – AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO</b>			
Garantir o pagamento das	Obrigações	Percentual	100% das obrigações



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

obrigações patronais.	patronais pagas		Patronais
Realizar distribuição dos materiais penso as Unidades Básicas de Saúde.	Distribuições realizadas	Unidade	01 distribuição mensal a cada UBS
Realizar distribuição dos medicamentos as Unidades Básicas de Saúde.	Medicamentos distribuídos	Unidade	01 distribuição mensal a cada UBS
Assegurar os serviços realizados pelas Unidades Básicas de Saúde.	Unidades Básicas funcionando	Unidade	02 Unidades de Saúde da Família executando suas atividades conforme a Política Nacional da Atenção Básica
Realizar monitoramento regular as unidades de saúde da família.	Monitoramento realizado	Unidade	Realizar 01 visita mensal de supervisão a cada unidade de saúde da família
Implantar Unidade Móvel para realizar ações estratégicas da atenção básica.	Unidade Móvel	Unidade	01 unidade móvel
<b>11 – FORTALECIMENTO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF</b>			
Implantar a Equipe 06 (zona Rural) de NASF 1 conforme Projeto já encaminhado a apreciado pelo Ministério da Saúde.	NASF 6 (zona rural)	Unidade	01 NASF implantado
Construir Projetos Terapêuticos e/ou de Território.	Projetos Terapêuticos	Unidade	Construção (04) de 01 Projetos Terapêuticos e/ou de Território por cada NASF
Construir Plano de Trabalho em consonância com as diretrizes do Programa.	Plano de Trabalho	Unidade	Construção de 01 Planos Anual de Trabalho
Fortalecer a capacidade de reconhecer e utilizar critérios de risco e prioridade adequados aos encaminhamentos.	Critérios de risco e prioridade	Unidade	Diminuir em 3% os encaminhamentos para as especialidades médicas.
Assegurar a qualificação dos profissionais que compõem as equipes do NASF.	Qualificação dos profissionais	Unidade	Realizar 01 capacitações voltadas a qualificação profissional
Assegurar a participação em reuniões de equipes de SF; discussões e construção de projetos terapêuticos e te, mas teóricos.	Participação em reuniões	Unidade	Construção de 01 projeto terapêutico
<b>12 – FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA</b>			
Fortalecer o processo de Educação Permanente para os	Implantação de processo de	Unidade	80% dos profissionais utilizando a ferramenta do



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

profissionais de Nível superior vinculados a atenção primária.	educação permanente nível superior		Tele educação rede Nutes.
Assegurar a participação dos profissionais da atenção primária em cursos e ou treinamentos.	Participação dos profissionais	Unidade	70% dos profissionais
Desenvolver Ações e Programas de Estratégias de Grupos.	Ações de grupos realizadas	Unidade	90% das unidades básicas de saúde com pelo menos 01 grupo estratégico formado e desenvolvendo ações.
Expandir o número de Equipes de Saúde da Família.	Expansão das ESF	Unidade	Ampliar em 75% o número das Equipes de Saúde da Família
Implantar ações e serviços de gestão por resultados.	Gestão por resultados implantados	Unidade	Elaborar junto à Secretaria Municipal de Planejamento proposta de Projeto de gestão por resultados
<b>13 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS</b>			
Implantar ambulatório de atendimento em dias e horários alternativos.	Ambulatório implantado	Unidade	01 Ambulatório estratégico implantado
Realizar ações e articulação Inter setorial e/ou interinstitucionais voltadas para o homem.	Ações realizadas	Unidade	Realização de 01 ação Inter setorial e/ou interinstitucionais
Realizar ações educativas que visem à promoção e atenção da saúde do homem.	Ações educativas	Unidade	Realizar 01 ação educativa que visem à promoção e atenção da saúde do homem
Realizar ações de qualificação das equipes de saúde para execução de atenção da saúde do homem.	Ações de qualificação	Unidade	Realização de 01 ação de qualificação para as equipes de saúde da família
Realizar ações de informação, educação e comunicação em saúde voltada a saúde do homem.	Ações de informação	Unidade	Realização de 01 ação de divulgação de ações
Assegurar a implantação da utilização da caderneta do idoso nas Unidades de Saúde da Família.	Utilização da caderneta do idoso	Unidade	25% das Unidades de Saúde da Família com implantação da caderneta do idoso
Fortalecer ações para criação dos grupos de idosos nas unidades de saúde.	Criação dos grupos	Unidade	35% das Unidades de Saúde da Família com grupos de idosos formados



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Implementar a Assistência à Saúde da Pessoa Idosa conforme diretrizes da Política Nacional de Saúde do Idoso.	Assistência à Saúde da Pessoa Idosa	Unidade	Reduzir em 2% a taxa de mortalidade prematura (<70 anos) - Atingir 80% de cobertura da vacinação de gripe
Assegurar capacitações e treinamentos voltados à assistência à saúde da criança.	Capacitações e treinamentos	Unidade	Capacitação de 80% dos profissionais (médico e enfermeiro) das Unidades de Saúde da Família
Intensificar o acolhimento (binômio) mãe e filho.	Acolhimento implantado	Unidade	Implantação de acolhimento em 50% das unidades de saúde da família
Intensificar a realização da puericultura nas unidades de saúde da família.	Realização da puericultura	Unidade	80% das crianças com consulta de puericultura realizada no mês.
Realizar ações educativas voltadas para mães e gestantes.	Realizar ações educativas	Unidade	Realização de 01 atividade educativa por unidade de saúde da família mês
Assegurar a realização do AIDPI para os profissionais da Atenção Básica (médico e Enfermeiros).	Realização do AIDPI	Unidade	50% dos profissionais da Atenção Básica (Médico e Enfermeiros) com o AIDPI
Intensificar a formação dos grupos nas equipes de saúde da família.	Formação dos grupos	Unidade	50% das equipes de saúde na família com grupos de hipertensos e diabetes formados
Intensificar os cadastros dos pacientes hipertensos e diabéticos no e-SUS.	Cadastros dos pacientes	Unidade	50% dos pacientes Hipertensos e diabéticos cadastrados no e-SUS
Realizar acompanhamento mensal dos pacientes hipertensos e diabéticos no e-SUS.	Acompanhamento mensal	Unidade	50% dos pacientes cadastrados acompanhados trimestralmente
Criar Instrumento de dispensação de medicamentos através do acompanhamento do e-SUS.	Instrumento de dispensação	Unidade	Criação de 01 instrumento de cadastro de pacientes do e-SUS X pacientes que receberão medicação
Qualificar as equipes da atenção básica através de capacitações e treinamentos para o acolhimento do adolescente.	Qualificação das equipes	Unidade	Realização de 01 treinamento para os profissionais da atenção básica voltado ao adolescente
Implementar a utilização da caderneta de saúde do adolescente nas unidades de	Utilização da caderneta	Unidade	50% das equipes de saúde da família utilizando a caderneta do adolescente



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

#### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

saúde da família.			
Ampliar a oferta da realização de exames cito patológicos nas unidades de saúde da família.	Ampliação da oferta	Unidade	Atingir cobertura = > 0,23% de exames cito patológicos nas mulheres na faixa etária de 20 a 49
Reduzir a incidência de Infecções sexualmente transmissíveis (IST,s) na população feminina de 20 a 49 anos.	Redução dos casos de IST, s	Unidade	Reduzir em = ou < 5% o número (IST,s) na população feminina de 20 a 49 anos em relação ao ano de 2012.
Reduzir a Taxa de mortalidade por câncer (colo de útero, mama).	Redução da Taxa de mortalidade	Unidade	Reduzir em = ou < 5% em relação ao ano de 2012
Garantir a oferta de métodos anticoncepcionais (convenio Benfam) para a população em idade reprodutiva.	Convenio	Unidade	Realizar 01 convenio com o Benfam
Elaborar e distribuir material técnico e educativo.	Distribuição de material educativo	Unidade	Realizar 01 elaboração e distribuir material educativo
Qualificar e humanizar a atenção à mulher em situação de abortamento através de atendimento Psicológico.	Atendimento psicológico	Unidade	80% das mulheres em situação de abortamento atendidas.
Promover ações preventivas em relação à violência doméstica e sexual.	Ações de promoção	Unidade	Realizar 01 ação educativa por unidade de saúde voltada ações preventivas em relação à violência doméstica e sexual.
Criar grupos de mulheres nas Unidades de Saúde da Família.	Grupo de mulheres	Unidade	01 grupo por Unidade de Saúde
Ampliar a proporção de gestantes cadastradas no Sis prenatal Web.	Alimentação do Sis prenatal Web	Percentual	= ou > 30% das gestantes cadastradas no Sis prenatal WEB
Realizar atendimento a gestantes cadastradas.	Atendimento realizado	Percentual	80% das gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal
Realizar captação das gestantes para a iniciação do Pré-Natal no primeiro trimestre.	Captção das gestantes	Percentual	70% de gestantes captadas antes de 120 dias de gestação
Realizar consulta mensal às gestante.	Consulta mensal	Percentual	95% com consultas de pré-natal no mês
Realizar as vacinas contra o tétano e hepatite nas gestantes.	Vacinas realizadas	Percentual	95% das gestantes vacinadas
Realizar exames citopatológicos	Exames	Razão	Realizar = ou > 0,01 de



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

do colo do útero na população feminina de 15 anos e mais.	citopatológicos		exames citopatológicos do colo do útero na população feminina de 15 anos e mais.
Realizar as visitas domiciliares às gestantes cadastradas.	Visitas	Percentual	Realizar 70% de visitas domiciliares às gestantes cadastradas
Realizar atendimentos médico e\ou do enfermeiro de puericultura.	Atendimentos realizados	Percentual	Realizar atendimento de puericultura = ou > 0,80%
Incentiva através de atividades educativas o aleitamento materno exclusivo para as Crianças menores de 4 meses.	Aleitamento materno exclusivo	Percentual	50% das Crianças menores de 4 meses com aleitamento materno exclusivo
Realizar vacinação do calendário vacinal em crianças menores de 1 ano.	Vacinação	Percentual	95% de crianças menores de 1 ano
Realizar pesagem em crianças menores de 2 anos.	Pesagem das crianças	Percentual	80% crianças menores de 2 anos pesadas
Realizar consultas médicas em crianças menores de 1 anos.	Consultas médicas em crianças menores de 1	Percentual	= ou > 0,20 (média)
Realizar consultas médicas em crianças menores de 5 anos.	Consultas médicas em crianças menores de 5 anos	Percentual	= ou > 0,20 (média)
Promover ações que minimize o baixo peso ao nascer.	Ações de promoção	Percentual	15% de crianças com baixo peso ao nascer
Realizar visitas domiciliar as crianças menores de 1 ano.	Visitas domiciliar as crianças menores de 1 ano	Percentual	80%
Assegurar a cobertura de crianças menores de 5 anos no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).	Atualização do SISVAN	Percentual	80% crianças menores de 5 anos cadastradas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)
Realizar o cadastro dos Pacientes Diabéticos (e-SUS).	Cadastro dos Pacientes Diabéticos	Percentual	30% dos Pacientes Diabéticos no e-SUS
Realizar o cadastro dos Pacientes Hipertensos (e-SUS).	Cadastro dos Pacientes hipertensos	Percentual	31% dos Pacientes Hipertensos cadastrados no e-SUS
Realizar consulta (médico, Enfermeiro) ao paciente diabético.	Consulta (médico, Enfermeiro) ao paciente diabético.	Percentual	= ou > 0,7 (média)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Realizar consulta (médico, Enfermeiro) ao paciente Hipertenso.	Consulta (médico, Enfermeiro) ao paciente hipertenso.	Percentual	= ou > 0,3 (média)
Realizar visita domiciliar ao diabético.	Visita domiciliar ao paciente diabético	Percentual	90% de pacientes diabéticos visitados
Realizar visita domiciliar ao hipertenso.	Visita domiciliar ao paciente hipertenso	Percentual	90% pacientes hipertensos visitados
Realizar Escovação Supervisionada.	Escovação Supervisionada	Percentual	80% de Escovação Supervisionada
Realizar a Primeira consulta odontológica programática.	Primeira consulta odontológica	Percentual	30% (1ª consulta odontológica ano/hab.)
Realizar 1ª consulta odontológica de atendimento as gestantes.	1ª consulta odontológica as gestantes	Percentual	Realizar primeira consulta odontológica em 80% das gestantes cadastradas
Assegurar o tratamento odontológico concluído em relação às primeiras consultas odontológicas realizadas.	Tratamento odontológico concluído.	Razão	= ou > 0,30 (tratamento odontológico concluído em relação às primeiras consultas odontológicas realizadas)
Encaminhar para a referência os pacientes para instalação de prótese dentária.	Referência os pacientes p prótese dentaria	Razão	0,01 de encaminhamentos para instalação de prótese dentária
Assegura o atendimento de urgência e emergência odontológica.	Atendimento de urgência	Razão	0,08
Assegurar o registro das alterações da mucosa oral.	Registros realizados	Unidade	05 registros de alterações da mucosa oral
Realizar consultas médica nas áreas à descrita.	Consultas médica	Razão	0,06 consultas médica por habitantes
Realizar o acompanhamento das condicionalidades as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.	Acompanhamento do Bolsa Família	Percentual	80%
Realizar acompanhamento (médico, Enfermeiro) aos pacientes com Tuberculose.	Acompanhamento dos pacientes de TB	Percentual	90%
Realizar acompanhamento (médico, Enfermeiro) aos pacientes com Hanseníase.	Acompanhamento dos pacientes de Hanseníase	Percentual	90%
Realizar consulta (médica, Enfermeiro) ao paciente com saúde mental, exceto álcool e	Consulta ao paciente com saúde mental	Percentual	5%



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

drogas.			
Realizar atendimento (médica, Enfermeiro) ao usuário de álcool.	Consulta ao paciente usuário de álcool	Percentual	5%
Realizar atendimento (médica, Enfermeiro) ao usuário de drogas.	Consulta ao paciente usuário de drogas	Percentual	5%
Realizar ações para minimizar a taxa de prevalência do alcoolismo.	Redução da taxa de prevalência de álcool	Percentual	< ou = 9%
Implantar serviços de Telediagnóstico nas Unidades de Saúde da Família.	Telediagnóstico nas Unidades	Unidade	Nº de Unidades de Saúde da Família com Telediagnóstico implantado
Desenvolver ações de tele-educação, com base nas necessidades municipais identificadas e em consonância com as prioridades da política nacional de saúde.	Tele-educação nas UBS	Unidade	Nº de ações de tele-educação realizadas por unidades de saúde da família
Assegurar o desenvolvimento de protocolos que incluam a solicitação prévia de Teleconsultorias sobre consultas e procedimentos, para avaliação da necessidade de encaminhamento ou de solicitação.	Protocolos do Telessaúde	Unidade	Construção do Protocolo
Garantir a adequação aos padrões de interoperabilidade propostos pelo Telessaúde Brasil Rede.	Interoperabilidade para implementação do Telessaúde	Unidade	Nº de Unidades de Saúde da Família operacionalizando o Telessaúde
Intensificar o serviço de Teleconsultoria conforme as diretrizes do Programa.	Teleconsultoria	Unidade	% de Teleconsultoria, realizada pelas equipes de saúde da família.
Intensificar o serviço de Telediagnóstico conforme as diretrizes do Programa.	Telediagnóstico	Unidade	% de Telediagnóstico realizada pelas equipes de saúde da família.
Intensificar o Segunda Opinião Formativa (SOF) conforme as diretrizes do Programa.	Segunda Opinião Formativa (SOF)	Unidade	% de Segunda Opinião Formativa realizada pelas equipes de saúde da família.
Monitorar e avaliar o Telessaúde Brasil Redes, acesso aos serviços e à melhoria da resolubilidade da atenção à	Monitoramento do Telessaúde	Unidade	Nº de monitoramentos realizados





# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

saúde dos usuários do SUS.			
Intensificar o serviço de Tele-educação conforme as diretrizes do Programa.	Tele-educação	Unidade	% de Tele-educação realizada pelas equipes de saúde da família.
Implantar Política de Práticas Integrativas e Complementares PNPIC na Atenção Básica.	PNPIC na Atenção Básica	Unidade	Política implantada
Contratação de profissionais para atender a PNPIC	Contratação de profissionais	Unidade	Contratação de 03 profissionais (acupunturista, terapeuta holístico, educador de práticas integrativas)
<b>14 – FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA</b>			
Implantar Centro de Especialidades Odontológica (CEO), para ampliar a oferta e servir de referência as equipes de saúde bucal.	Centro de Especialidades Odontológica	Unidade	Implantação de 01 Centro de Especialidades Odontológica (CEO).
Assegurar a realização de treinamentos e/ou capacitações em Biossegurança no Trabalho para o corpo técnico das equipes de Saúde Bucal (ASB e THD).	Capacitações em Biossegurança	Unidade	Realizar 01 capacitação sobre em Biossegurança no Trabalho para os (ASB e THD).
Aderir ao Programa de Saúde sem Fronteiras e Capacitação de profissionais do corpo efetivo em atendimento à pacientes especiais.	Adesão ao Programa de Saúde sem Fronteiras	Unidade	Realizar 01 Adesão ao Programa de Saúde sem Fronteiras
Reestruturar as Unidades de Saúde Bucal com aquisição de novos equipamentos e reformas estruturais conforme as diretrizes e normatizações legais.	Reestruturação das Unidades de Saúde Bucal	Unidade	25% das Unidades de Saúde Bucal (26) reestruturadas com equipamentos e reformas estruturais.
Expandir a Cobertura das Equipes de Saúde da Família com Equipes de Saúde Bucal.	Expansão da cobertura de saúde bucal	Unidade	Ampliar em mais duas (02) Equipes de Saúde Bucal
Implantar ESB com Modalidade I.	ESB Modalidade I	Unidade	Implantar 02 ESB
Implantar Unidade Volante de Saúde Bucal.	Unidade Volante de Saúde Bucal	Unidade	Implantar 01 Unidade Volante de Saúde Bucal
Fortalecer as Equipes de Saúde Bucal através da adesão do Programa de Melhoria do	Adesão das ESB ao Programa de Melhoria do	Unidade	Realizar adesão ao PMAQ em 100% das equipes de Saúde Bucal



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ\AB.	Acesso e da Qualidade da Atenção Básica		
<b>15 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS SAÚDE NA ESCOLA E DO OLHAR BRASIL</b>			
Realizar adesão ao Programa Saúde na escola em parceria com a Secretaria de Educação.	Adesão ao Programa	Unidade	Realizar 01 Convenio com o MS para o Programa Saúde na escola
Criar Grupo Técnico do PSE conforme Diretrizes do programa.	Grupo Técnico do PSE	Unidade	01 grupo formado
Apoiar a implementação dos princípios e diretrizes do PSE no planejamento, monitoramento, execução, avaliação e gestão dos recursos financeiros.	Implementação do PSE	Unidade	Realização de 01 Plano de trabalho para as Ações do PSE
Possibilitar a integração e planejamento conjunto entre as Equipes das Escolas e as Equipes de Atenção Básica.	Integração das ações do PSE	Unidade	Realizar 01 encontro entre Equipes das Escolas e as Equipes de Atenção Básica
Assegurar o preenchimento e/ou registro do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PSE.	Preenchimento e/ou registro das ações do PCE no Sistema	Unidade	Digitar 80% das ações no sistema de monitoramento e avaliação do PCE\ e-SUS e SIMEC
Assegurar a confecção dos materiais necessários para o desenvolvimento do PSE conforme as diretrizes do programa.	Confecção dos materiais necessários	Unidade	Realizar 01 aquisição dos impressos necessários para o desenvolvimento do PSE
<b>16 – IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE CONSULTÓRIO NA RUA</b>			
Implantar Consultório na Rua - (eCR).	(eCR) implantado	Unidade	01 (eCR)
Contratação de profissionais para o (eCR).	Profissionais contratados	Unidade	01 Equipe para (eCR)
Aquisição de Veículo para (eCR).	Veículo adquirido	Unidade	01 veículo
Aquisição de Equipamentos para a (eCR).	Equipamentos	Unidade	01 aquisição de equipamentos
<b>17 – IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR</b>			
Assegurar a Média de pacientes acompanhados pelas EMADs.	Pacientes acompanhados	Unidade	40 pacientes (preconizado 60 pacientes mês)
Intensificar as visitas pela EMAD para captação de novos pacientes mês.	Visitas	Unidade	Captar 04 novos pacientes mês
Realizar acompanhamento mensal dos pacientes	Acompanhamento	Unidade	01 visita semanal para cada paciente cadastrado (200



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

#### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

cadastrados pelas EMAD através das visitas domiciliares.	mensal dos pacientes		visitas mês)
Assegura a permanência (geral) dos pacientes cadastrados no SAD.	Permanência dos pacientes	Unidade	6 meses de permanência (por pacientes cadastrados)
Intensificar a redução da taxa de internações domiciliares geradas nas urgências/emergências.	Redução da taxa de internações domiciliares	Unidade	< 20% dos pacientes admitidos (semestralmente)
Reduzir a taxa de Infecção para a modalidade internação domiciliar.	Redução da taxa de Infecção	Unidade	> 20%
Assegura a alta dos usuários da modalidade assistência domiciliar.	Alta dos usuários	Unidade	20% dos pacientes captados (semestralmente)
Identificar pacientes em AD por agravo/condição Ex1), Cuidados paliativos; b) Oxigeno terapia; c) Feridas crônicas; d) DM complicada; etc.	Identificar pacientes em AD	Unidade	Número de pacientes em AD por agravo/situação
Realizar atendimento (procedimentos) domiciliar aos pacientes cadastrados no SAD.	Realização dos atendimentos	Unidade	Número de atendimentos domiciliares realizados (360 - 03 procedimentos para cada paciente cadastrado mês)
Realizar Treinamentos e/ou capacitações para os profissionais do SAD.	Realização dos Treinamentos	Unidade	01 Capacitação
Realizar encontros com os profissionais da Rede para sensibilizar sobre o SAD.	Realização dos encontros	Unidade	01 encontro (Atenção Primária, NASF, Atenção especializada etc.)
Aquisição de Equipamentos.	Equipamentos	Unidade	01 aquisição
<b>18 – FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE</b>			
Ampliar o programa de agentes comunitários de saúde PACS.	Ampliação	Unidade	Ampliar em 85%
Realizar Capacitação para os ACS.	Capacitações	Unidade	Realizar do curso introdutório para 100% os ACS novatos
Fortalecer o processo de Educação Permanente para os ACS.	Educação Permanente	Unidade	80% dos ACS participando de cursos, treinamentos e ou capacitações.
Adquirir Tablete para implementação do e-SUS para os ACS,s.	Aquisição de Tablet	Unidade	260 Tabletes
Adquirir fardamentos para os ACS,s.	Fardamentos	Unidade	01 aquisição



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Adquirir equipamentos e matérias permanentes para o funcionamento do programa.	Materiais permanente	Unidade	01 aquisição
<b>19 – FUNCIONAMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>			
Implementar o Sistema de Informação da Vigilância Alimentar através do cadastramento dos grupos mais vulneráveis.	Sistema de Informação da Vigilância Alimentar	Unidade	- Cadastrar 85% das crianças menores de 05 anos no SISVAN WEB; - Cadastrar 85% das gestantes no SISVAN
Implementar o Sistema de Informação da Vigilância Alimentar através do acompanhamento mensal dos grupos mais vulneráveis (gestantes e crianças menores de 5 anos).	Implementação do Sistema de Informação	Unidade	Acompanhar 85% das crianças menores de 05 anos no SISVAN WEB; Acompanhar 85% das gestantes no SISVAN
Promover ações de Alimentação Adequada e Saudável nas unidades de saúde.	Ações de Alimentação Adequada	Unidade	Realização de 01 ação voltada a Alimentação Adequada e Saudável nas unidades de saúde
Assegurar a aquisição de equipamentos para os serviços de saúde para realização das ações de vigilância alimentar e nutricional.	Aquisição de equipamentos	Unidade	Abertura de 01 processo licitatório para aquisição de equipamentos
Realizar Processo de educação permanente em alimentação e nutrição para trabalhadores de saúde.	Educação permanente	Unidade	Capacitar os profissionais do NASF (100% dos nutricionistas) anualmente
Realizar Pesquisa voltada a Alimentação e Nutrição com as unidades de saúde.	Pesquisa	Unidade	Realização de 01 Pesquisa por cada NASF voltada a Vigilância Alimentar e Nutricional
Assegurar o fornecimento de Leite as famílias carentes cadastradas conforme regulamentação da Portaria Municipal 509/2005.	Fornecimento de Leite	Unidade	95% das famílias cadastradas no Programa NUTRILEITE
Garantir e dar Apoio Nutricional a População, através de demanda judicial e que se enquadre nas Normatizações do Protocolo Municipal de Vigilância Alimentar.	Atendimento a demanda judicial	Unidade	Atender 80%, conforme normatização municipal do programa
Realizar ações educativas	Ações educativas	Unidade	Realização de 01 ação por



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

relacionadas às condicionalidades do Programa Bolsa Família.	relacionadas		semestre em cada Unidade de saúde da família voltadas ao Programa Bolsa Família.
Acompanhar as condicionalidades da saúde Semestralmente das famílias cadastradas.	Acompanhar as condicionalidades	Percentual	80% das famílias cadastradas acompanhadas semestralmente com as condicionalidades
Realizar relatório das famílias não localizadas.	Relatório	Unidade	Realização de 01 relatório semestral
<b>20 – FUNCIONAMENTO DAS AÇÕES DO POLO DA ACADEMIA DA SAÚDE</b>			
Ampliar o acesso da população às políticas públicas de promoção da saúde.	Ampliação do acesso	Unidade	Ampliar 01 Polos de Academia da Saúde
Contratar profissional (Educador Físico) para executar ações de promoção e atividades físicas nos Polos de Academia da Saúde.	Profissional	Unidade	Contração de 01 profissional (Educador Físico) por Polos de Academia da Saúde
Promover mobilização comunitária com a constituição de redes sociais de apoio e ambientes de convivência e solidariedade.	Mobilizações	Unidade	Realizar 01 mobilização comunitária semestralmente em cada Polo de Academia da Saúde
Assegurar a aquisição de equipamentos e materiais para as ações dos Polos da Academia da Saúde.	Aquisição de Equipamentos		Realização de 01 aquisição de equipamentos e materiais para as ações dos Polos da Academia da Saúde
<b>21 – AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS AMBULATORIAIS</b>			
Implantar Gerência dos Serviços Especializados conforme organograma.	Gerência	Unidade	01 Gerência Especializada
Garantir o Pagamento das Obrigatoriedades Patronais.	Obrigações patronais	Unidade	100% das obrigações patronais
Implementar Centro Municipal de Referência a Saúde do Idoso, atendendo a população de forma regulada e sistematizada.	Centro do Idoso	Unidade	01 Centro de Referência a Saúde do Idoso
Adquirir equipamentos para os serviços especializados.	Equipamentos	Unidade	Realizar 01 aquisição (conforme necessidade)
Adequar as unidades especializadas segundo padrões de estrutura física e acessibilidade.	Acessibilidade	Percentual	60% das unidades especializadas com estrutura adequada com acessibilidade
Implantar Centro de Saúde do	CST	Unidade	01 Centro



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Trabalhador.			
Assegurar os serviços de consultas médicas com implementação das Policlínicas municipal.	Implementação das ações das Policlínicas	Unidade	Ampliar em mais três (03) especialidades médicas (neurologia, vascular e dermatologia)
<b>22 – FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - RAPS</b>			
Implantar Unidade de Acolhimento Adulto (AU).	UA implantada	Unidade	Implantação de 01 Unidade de Acolhimento Implantada
Pleitear junto ao Ministério da Saúde incentivo para construção do Centro de Atenção Psicossocial CAPS i.	Construção do Centro de Atenção Psicossocial	Unidade	Construir 01 CAPS i
Implantar Ambulatório Multidisciplinar (Saúde Mental) na zona rural.	Ambulatório Multidisciplinar	Unidade	Implantação de 01 Ambulatório Multidisciplinar
Implantar Centro de Convivência.	Centro de Convivência	Unidade	Implantação de 01 Centro de Convivência
Implantar o CAPS Álcool e Drogas.	CAPS Álcool e Drogas	Unidade	Implantação de 01 CAPS Álcool e Drogas
Fortalecer as ações e serviços da RAPS, garantindo o funcionamento conforme as Diretrizes da Política.	Funcionamento da RAPS	Unidade	100% funcionando
<b>23 – IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM REABILITAÇÃO</b>			
Ampliar a oferta dos serviços de fisioterapia.	Ampliação	Percentual	Ampliar em 6,5% a oferta do serviço de fisioterapia
Realizar capacitação e treinamentos para os profissionais envolvidos.	Capacitações e treinamentos	Unidade	Realizar 01 capacitação
Ampliar o número de profissionais (contratação de profissionais).	Ampliação do número de profissionais	Unidade	Contratar (Fisioterapeuta, T.O, Fonoaudióloga, psicologia)
Adquirir equipamentos para os serviços de fisioterapia.	Equipamentos	Unidade	Realizar 03 aquisições conforme necessidade do serviço
Contratar serviço de manutenção para os equipamentos da fisioterapia.	Serviço de manutenção	Unidade	01 serviço de contratação
Pleitear junto a SES Proposta para Implantação da Rede de Cuidados a Pessoa com Deficiências (Rede CER).	Rede CER	Unidade	01 Projeto
<b>24 – IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE BUCAL</b>			
Implantar Laboratório	LRPD	Unidade	01 LRPD



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Municipal de Prótese Dentária (LRPD).			
Implantação do Centro de Especialidades Odontologia CEO.	CEO	Unidade	01 CEO
Aquisição de Equipamentos para as ações e serviços especializados de saúde bucal.	Equipamentos	Unidade	01 aquisição
<b>25 – IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO</b>			
Implantar Gerência de serviços de apoio e diagnóstico conforme organograma.	Implantação gerência	Unidade	01 Gerência implantada
Ampliar a oferta de consultas especializadas.	Consultas especializadas	Percentual	Ampliar em 6,5% em relação a 2012
Ampliar a oferta de exames especializados.	Exames especializados	Percentual	Ampliar em 6,5% em relação a 2012
Reativar o Laboratório Municipal de Análises Clínicas.	Funcionamento do Laboratório	Unidade	01 laboratório municipal
Descentralizar a coleta dos exames básicos nas Unidades de Saúde da Família.	Coleta nas UBS	Unidade	50% das UBS com coleta de exames
<b>26 – FORTALECIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU</b>			
Criar coordenação e/ou gerência da Rede de Urgência e Emergência municipal.	Coordenação	Unidade	01 coordenação
Realizar capacitação para os profissionais do SAMU.	Capacitações	Unidade	01 capacitação
Adquirir equipamentos para implantação do serviço de urgência e emergência.	Equipamentos	Unidade	01 aquisição
Elaborar Proposta para aquisição de Motolância.	Proposta	Unidade	01 Proposta
Elaborar proposta para qualificação do SAMU.	Qualificação	Unidade	01 Proposta
<b>27 – FORTALECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ATENÇÃO HOSPITALAR DE ATENDIMENTO ÀS URGÊNCIAS</b>			
Implementar os indicadores pactuados no rede cegonha realizando a conclusão da obra da CPN.	Finalização da obra da CPN	Unidade	80% dos indicadores da rede cegonha (atenção hospitalar)
Solicitar visita ao MS para qualificar o HMAL no programa Rede Cegonha.	Certificação do HMAL	Unidade	01 Unidade de Referência (HMAL) para o Rede cegonha
Implementar o funcionamento	Sala de	Unidade	01 Sala de Estabilização



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

da Sala de Estabilização do Hospital e Maternidade.	estabilização		funcionando
<b>28 – FUNCIONAMENTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE</b>			
Redirecionar o serviço do 0800 da ambulância municipal com criação de setor responsável pela demandas dos serviços TFD.	Setor de transporte para TFD	Unidade	01 coordenação de TFD
Implantar serviço de cirurgia eletiva ginecológica com pactuação junto a SES/PE.	Cirurgias eletivas	Unidade	01 Pactuação para Serviço de cirurgia eletiva
Realizar periodicamente manutenção preventiva dos equipamentos Laboratoriais.	Manutenção dos equipamentos	Unidade	02 manutenções
Assegurar a realização de internamentos nas clínicas básica (pediatria, obstetrícia, ginecologia e clínica médica).	Internamentos	Unidade	03 internamentos mês
<b>29 – AÇÕES E SERVIÇOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>			
Garantir o pagamento das obrigações patronais.	Obrigações patronais	Unidade	100% das obrigações patronais
Assegurar adequações na melhoria física da Vigilância em Saúde.	Infraestrutura adequada	Unidade	01 Unidade da VS em funcionamento
<b>30 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA</b>			
Implantar equipe de vigilância de investigação óbitos a fim de aumentar a proporção de óbitos com causa básica definida.	Equipe de vigilância	Percentual	Aumentar em 98% a proporção de registro de óbitos com causa básica definida
Fortalecer a Vigilância Epidemiológica de doenças e agravos.	Vigilância Epidemiológica	Percentual	Encerrar 80% das doenças compulsórias imediatas registradas no Sinan, em até 60 dias a partir da data de notificação.
Implementar as ações executadas pela equipe do CTA.	Equipe do CTA	Percentual	Aumentar em 3% o acesso ao diagnóstico das hepatites virais
Criar grupo técnico para análise e investigação de óbitos de dengue no Município.	Grupo técnico	Unidade	Criação de 01 grupo técnico.
Realizar ações de promoção para sensibilizar os profissionais de saúde da Maternidade de	Promoção para sensibilizar	Percentual	95% das DNV dos RN nascidos na Maternidade de Abreu e Lima com as completitudes





# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Abreu e Lima quanto ao correto preenchimento da DNV.			preenchidas corretamente
Realizar retroalimentação periodicamente das informações relacionadas a assistência a Diretoria de Atenção Básica, para subsidiar o planejamento das ações.	Informações	Percentual	100% das DNV dos RN com residência municipal encaminhado a Diretoria de Atenção Básica
Implantar grupo técnico de investigação de óbitos Infantis e fetais.	Grupo Técnico	Percentual	Investigar e discutir 90% dos óbitos infantis e fetais.
Implantar grupo técnico de investigação de óbitos maternos e de Mulheres em idade fértil.	Grupo Técnico	Percentual	Investigar e discutir 80% dos óbitos maternos e de mulheres em idade fértil.
Sensibilizar os profissionais da atenção básica quanto ao diagnóstico e tratamento adequado de sífilis em gestantes.	Minimizar sequelas	Percentual	Reduzir em 3% a incidência de sífilis congênita em relação aos casos notificados em 2012.
Retroalimentar periodicamente a Diretoria de Atenção Básica os casos de sífilis em gestantes, visando assim implementar o planejamento de ações.	Informações	Percentual	Realizar 100% de retroalimentação mensal dos casos de sífilis em gestantes e em menores de 01 ano
Implantar Laboratório de Saúde Pública na Vigilância à Saúde.	Laboratório	Unidade	01 laboratório implantado
Implantar Núcleo de Epidemiologia no Hospital e Maternidade de Abreu e Lima.	Núcleo de Epidemiologia	Unidade	01 Núcleo de Epidemiologia implantado no Hospital e Maternidade de Abreu e Lima.
Implantar equipe de Vigilância das Violências e Agravos não transmissíveis.	Vigilância das Violências e Agravos não transmissíveis	Percentual	Notificar e encaminhar ao órgão competente 100% das violências consideradas como agravo compulsório
Implementar a Política de Educação Permanente dos Servidores da Vigilância em Saúde.	Política de Educação Permanente	Unidade	Viabilizar a participação de 01 dos servidores em congressos, simpósios, seminários, cursos, fóruns e outros.
Intensificar ações voltadas a Saúde do trabalhador.	Saúde do trabalhador	Unidade	01 encontros com os profissionais de saúde para discutir a saúde do trabalhador



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Intensificar a realização de exame anti-hiv realizados entre os casos novos de tuberculose.	Exames de HIV em casos novos de tuberculose	Percentual	30%
Intensificar a notificação de casos novos de Tuberculose	Casos novos de Tuberculose	Unidade	3
Examinar os contatos intradomiciliares dos casos novos de hanseníase diagnosticados no ano da avaliação.	Contatos intradomiciliares	Percentual	95%
Avaliar no diagnóstico o grau de incapacidade física dos casos novos de hanseníase.	Grau de incapacidade	Percentual	95%
Avaliar o grau de incapacidade física dos casos curados de hanseníase no ano de avaliação.	Incapacidade física dos casos curados	Percentual	95%
Encerrar oportunamente os casos novos de tuberculose no Sinan.	Encerrar oportunamente	Percentual	95%
Verificar a cobertura do tratamento supervisionado dos casos novos pulmonares bacilíferos (Tuberculose).	Tratamento supervisionado	Percentual	50%
Realizar busca de contatos de casos.	Contatos de casos.	Percentual	95%
<b>31 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>			
Estruturar a Vigilância Sanitária através da aquisição de transporte para atender as atividades propostas.	Estruturar a Vigilância Sanitária	Unidade	Aquisição de 01
Ampliar os recursos humanos para atuar na vigilância sanitária.	Recursos humanos	Unidade	Contratação de 02 profissionais para atuar na vigilância sanitária
Adquirir equipamentos de informática (computador e impressora).	Adquirir equipamentos	Unidade	Aquisição de 01 computador completo (Computador e impressora)
Implantar serviços de assessoria jurídica.	Serviços de assessoria	Unidade	Implantação de 01 Serviço de Assessoria Jurídica
Implantar sistema operacional (software) para a vigilância sanitária.	Sistema operacional	Unidade	Implantação de 01 sistema operacional (software)
Assegurar a participação dos servidores eventos de vigilância sanitária (congressos, cursos	Participação dos servidores	Unidade	01 participação de profissionais por eventos realizados



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

e\ou outros).			
Realizar serviços de vigilância sanitária nos estabelecimentos de média e alta complexidade.	Serviços de vigilância sanitária	Unidade	70% dos serviços de média e alta complexidade inspecionados
Fortalecer as ações voltadas para os serviços de produtos, medicamentos e correlatos.	Ações serviços	Percentual	Inspecionar 70% os serviços de produtos, medicamentos e correlatos.
Fortalecer as ações voltadas para os serviços de alimentação.	Serviços de alimentação	Percentual	Inspecionar 70% os serviços de alimentação.
Fortalecer as ações voltadas para os serviços e produtos de interesse a saúde.	Ações de interesse a saúde.	Percentual	Inspecionar 70% dos serviços de e produtos de interesse a saúde.
Realizar campanha de vacinação animal contra raiva.	Vacinação animal contra raiva	Percentual	Alcançar em 80% cobertura vacinal em cães.
Intensificar ações voltadas a Saúde do trabalhador.	Saúde do trabalhador	Unidade	02 encontros com os profissionais de saúde para discutir a saúde do trabalhador
<b>32 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL</b>			
Contratação de profissional de nível superior para monitorar as atividades de vigilância à Saúde Ambiental.	Contratação de profissional	Unidade	01 profissional contratado
Ampliar o número de agentes de saúde ambiental e controle de endemias para atuar no controle vetorial da dengue.	Agentes de saúde ambiental	Unidade	Contratação de 13 agentes de saúde ambiental e controle de endemias
Implantação de Plantões para recuperação de imóveis pendentes no programa de controle da dengue.	Implantação de Plantões	Unidade	Realizar 24 Plantões
Implantação do monitoramento dos imóveis crônicos com risco de proliferação do vetor da dengue.	Monitoramento dos imóveis	Unidade	Reduzir em 20% em relação ao ano anterior.
Criar pontos de apoio dos agentes de saúde ambiental.	Pontos de apoio dos agentes	Unidade	Criar 01 pontos de apoio para os ASCE.
Implantar atividades de redução de riscos em relação a doenças provocadas por animais para a população.	Atividades de redução de riscos	Unidade	Criar 01 protocolo.
Implantar no município atividades de redução de riscos	Redução de riscos de fatores não	Unidade	Criar 01 protocolo



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

de fatores não biológicos.	biológicos		
Assegurar a participação dos servidores em eventos (congressos, cursos e\ou outros).	Participação dos servidores	Unidade	Participação de 01 ou mais profissionais por eventos realizados
Intensificar ações de combate a roedores.	Combate a roedores	Unidade	Realizar 01 ação nas localidades onde temos maior número de casos
Realizar investigação de Doenças transmitidas por animais.	Investigação de Doenças	Percentual	80% das doenças transmitidas por animais investigadas
Realizar campanha de vacinação animal contra raiva.	Campanha de vacinação	Percentual	Alcançar em 80% cobertura vacinal em cães.
<b>33 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR</b>			
Implantar a Política de Saúde do Trabalhador.	Política saúde do Trabalhador	Unidade	01 Política
Implantar atendimento voltado à saúde do trabalhador.	Atendimentos a saúde do trabalhador	Unidade	100% das demandas atendidas
Realizar ações de promoção a saúde do trabalhador.	Ações de promoção	Unidade	01 Ação semestral
<b>34 – PROGRAMA MUNICIPAL DE IMUNIZAÇÃO</b>			
Realizar capacitação em rede de frios.	Capacitação	Percentual	Capacitação de 100% aos técnicos da sala de vacina.
Realizar capacitação dos enfermeiros e técnicos de enfermagem sobre atualizações vacinais.	Capacitação	Percentual	Capacitação de 100% dos técnicos da sala de vacina.
Implantar Rede de Frios Porte II conforme orientações da Portaria Nº 2.682 de 07 de novembro de 2013.	Rede de Frios	Unidade	01 Rede municipal
Implementar o funcionamento da Informatização das Salas de Vacinal conforme Proposta de Informatização do SIS PNI municipal.	Funcionamento da Informatização das Salas de Vacinal	Percentual	65% das Salas de Vacinação Informatizadas
Realizar o monitoramento das coberturas vacinais.	Monitoramento	Unidade	01 monitoramento Semestral
Realizar atualização do SIS API.	Atualização do SIS API	Unidade	01 atualização mensal (12 anual)
Assegurar a aquisição de equipamentos de informática para o PNI.	Aquisição de equipamentos	Unidade	01 aquisições



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Assegurar a aquisição de equipamentos para o funcionamento das ações.	Aquisição de equipamentos	Unidade	02 aquisições
Assegurar a aquisição de materiais permanente para o funcionamento das ações do PNI.	Aquisição de materiais permanente	Unidade	01 aquisição
Realizar Manutenção dos Equipamentos de Informática do PNI.	Manutenção dos Equipamentos	Unidade	01 manutenção semestralmente
Assegurar a aquisição de impressos para as atividades do programa.	Aquisição de impressos	Unidade	01 Aquisição semestral
Assegurar as coberturas de vacinas do calendário básico de vacinação das crianças.	Coberturas de vacinas	Percentual	95% das crianças
Realizar campanha de multivacinação para atualização de carteira de vacina.	Campanha de multivacinação	Percentual	Alcançar, em 70%, as coberturas vacinais (CV) adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança.
Realizar campanha de influenza em idosos e público alvo.	Campanha de influenza	Percentual	Alcançar em 80%a cobertura vacinal.
Realizar campanha de poliomielite.	Campanha de poliomielite.	Percentual	Alcançarem 95% cobertura vacinal em Criança na faixa etária indicada.
Realizar os Bloqueios vacinais em tempo hábil conforme as orientações do programa.	Bloqueios vacinais	Percentual	Vacinar 95% da população seletivamente
Realizar as campanhas de vacinação contra HPV em mulheres escolares nas faixas etária de 11 a 13 anos.	Campanhas de vacinação contra HPV	Percentual	95% das adolescentes de 11 a 13 anos
Informar em tempo hábil aos órgãos (SES, MS) resultados alcançados durante as campanhas de vacinação.	Informações	Percentual	100% de envios das informações encaminhadas aos órgãos competentes
<b>35 – FORTALECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS BÁSICOS</b>			
Regularizar a Central de Abastecimento Farmacêutico, junto ao Conselho Regional de Farmácia.	Regularização da CAF	Unidade	01 Regularização, anual da CAF junto ao CRF-PE
Regularizar a Central de Abastecimento Farmacêutico,	Regularização da CAF	Unidade	Realizar 01 Regularização anualmente da CAF junto a



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

junto a Vigilância Sanitária Municipal.			Vigilância Sanitária Municipal
Instituir a Comissão Municipal de Farmácia e Terapêutica.	Comissão Municipal	Unidade	Instituir 01 Comissão Municipal de Farmácia e Terapêutica
Implantar o Hórus na Central de Abastecimento Farmacêutico.	Horús implantado	Unidade	Implantar 01 Sistema Hórus na CAF
Monitorar, avaliar os serviços da CAF (Hórus).	Monitorar Horús	Unidade	Realizar 01 monitoramento bimestral (06) com envio de relatório
Atualizar e publicitar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais.	Relação Municipal	Unidade	Realizar 01 atualização anualmente
Implementar as Normas Técnicas e publicitar para regulamentar a dispensação dos medicamentos conforme cada programa.	Normas Técnicas	Unidade	01 Norma técnica publicitada
Promover atividades de educação permanente para atualização e valorização dos profissionais que atuam nos serviços de assistência farmacêutica.	Atividades de educação	Unidade	100% das profissionais que atuam nos serviços de assistência farmacêutica capacitados
Realizar diagnóstico situacional da estrutura dos serviços municipais de assistência farmacêutica.	Realizar diagnóstico	Unidade	Elaborar 01 diagnóstico situacional por unidade de saúde
Aplicar os recursos (até 15%) da contrapartida estadual na estruturação e qualificação da assistência farmacêutica na atenção básica, conforme Nota Técnica N° 04/2010/CGAFB/DAF/SCTIE/MS.	Aplicar os recursos (15%)	Unidade	Aplicação dos 15% da contrapartida estadual na estruturação e qualificação da assistência farmacêutica.
Aplicar os recursos (até 15%) da contrapartida estadual na estruturação e qualificação da assistência farmacêutica na atenção básica, conforme Nota Técnica N° 04/2010/CGAFB/DAF/SCTIE/MS.	Aplicar os recursos (15%)	Unidade	Aplicação dos 15% da contrapartida estadual na estruturação e qualificação da assistência farmacêutica.
Garantir o abastecimento sistemático de medicamentos e	Abastecimento sistemático	Unidade	01 abastecimento mensal\unidade de saúde



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I PRIORIDADES LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

insumos estratégicos para as unidades de saúde (básicas e especializadas).			
Garantir a alimentação regular dos programas relativos à assistência farmacêutica conforme preconizado (Hórus).	Alimentação regular dos programas	Unidade	Realizar 01 alimentação mensalmente
Estabelecer mecanismos de controle e monitoramento para a dispensa de medicamentos especiais a usuários do SUS.	Controle e Monitoramento	Unidade	Criação e\ou implementação de 01 instrumento para controle e monitoramento de dispensa
Aplicar o Recurso contrapartida municipal.	Aplicação do Recurso	Unidade	1,86 por habitantes
Aplicar o Recurso Contrapartida federal.	Aplicação do Recurso	Unidade	5,10 por habitantes
Monitorar, avaliar os serviços da CAF.	Monitoramento	Unidade	Realizar 01 monitoramento mensal com envio de relatório
Criar grupo técnico para o monitoramento do Plano diretor de assistência farmacêutica.	Grupo técnico	Unidade	Criação de 01 grupo técnico
<b>36 – ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE</b>			
Assegurar a Requalificação das Unidades de Saúde.	Requalificação das UBS	Percentual	80% das Unidades de Saúde que receberam incentivos do Ministério da Saúde através do Requalifica.

### ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
<b>1. Proteção Social Básica</b>			
Atendimento socioassistencial a famílias no PAIF – Serviço de Proteção Integral à Família.	Famílias assistidas	Famílias	1.000
Promover ações para a Convivência e Fortalecimento de vínculos comunitários e familiares rompidos.	Famílias assistidas	Crianças; Adolescentes; Adultos; Idosos	740
Promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho por	Famílias qualificadas	Pessoas dos 16 a 59 anos	220



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

meio de ações articuladas e mobilização social.			
Expandir os serviços socioassistenciais para a zona rural, com núcleo descentralizado.	Cadastro Único e demais serviços	FAMÍLIAS de Baixa Renda	2
Criar o CRAS itinerante, com equipe volante para cadastrar e acompanhar famílias no Cadastro Único.	Equipe volante	Áreas de difícil acesso	1
Implantar a segunda unidade do CRAS, em território a ser definido a partir de estudos socioterritoriais.	Unidade do CRAS	Famílias	1.000
<b>2. Proteção Social Especial – Média Complexidade</b>			
Atendimento a indivíduos no PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.	Famílias/indivíduos assistidos (as)	Pessoa com Deficiência; Mulheres; Pessoa Idosa; Crianças; Adolescentes; População LGBT; Negros	120
Atendimento à população em situação de rua.	Indivíduos assistidos	Indivíduos	100
Implantar a abordagem social noturna.	Abordagem de rua	Equipe técnica	1
Atendimento a adolescentes em conflito com a lei.	Adolescentes assistidos	Adolescentes	80
<b>3. Proteção Social Especial – Alta Complexidade</b>			
Reestruturar a casa de acolhimento, com reforma, criação de anexos e divisão por faixa etária e sexo.	Crianças e adolescentes acolhidos	Unidade/anexos	-
Atendimento a crianças e adolescentes no Serviço de Acolhimento.	Indivíduos acolhidos	Usuários/as	20
Atendimento a adultos e famílias no Serviço de Acolhimento.	Indivíduos acolhidos	Usuários/as	10
<b>4. Gestão Democrática – Gestão participativa e controle social</b>			
Promover capacitação para os Conselhos vinculados à gestão da Municipal da Assistência Social.	Capacitação continuada	Unidade	45
Promover plenárias, fóruns e audiências públicas para acompanhamento do controle social com a participação da sociedade civil organizada.	Plenárias, fóruns e audiências a realizar	Unidade	12
<b>5. Vigilância Socioassistencial</b>			
Garantir o pleno funcionamento da Vigilância Socioassistencial e a realização de	Recursos humanos e materiais	Diagnóstico	01





# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

diagnósticos socioterritorial.			
<b>6. GESTÃO MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>			
Implementar a Política de Educação Permanente para formação e qualificação dos profissionais da Assistência Social.	Qualificar profissionais	Trabalhadores do SUAS	150
Garantir qualificação dos trabalhadores do SUAS, por meio de incentivo a especialização em cursos profissionalizantes, técnico e graduação.	Qualificar profissionais	Trabalhadores do SUAS	50
<b>7. Benefícios Eventuais</b>			
Serviço de atendimento emergencial a famílias e indivíduo por meio de benefícios eventuais.	Serviço implantado	Usuários a serem beneficiados	1200

#### DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Planejar, coordenar e supervisionar as ações político programáticas de atendimento à Pessoa Idosa.	Atendimento garantido	-	-
Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.	Funcionalidade do COMDI	-	-
Implantação e implementação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.	Funcionalidade do FMDI	-	-
Garantir as atividades desenvolvidas pelos órgãos governamentais e órgãos não governamentais envolvidos com a execução das políticas municipais voltadas à pessoa idosa, de acordo com o Estatuto do Idoso, em busca de resgate à sua cidadania.	Cidadania da pessoa idosa resgatada	Pessoas idosas	Diversos

#### DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Planejar, coordenar e supervisionar as ações político programáticas de atendimento à criança e ao adolescente.	Atendimento garantido	-	-
Manutenção do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente – COMDICA.	Funcionalidade do COMDICA	-	-
Manutenção do Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente – FMDCA.	Funcionalidade do FMDCA	-	-
Garantir as atividades desenvolvidas pelos órgãos governamentais e órgãos não governamentais	Cidadania da criança e do	Crianças e Adolescentes	Diversos



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

"Casa Antônio Amaro Bezerra"

## ANEXO I PRIORIDADES LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

envolvidos com a execução das políticas municipais voltadas à criança e ao adolescente, de acordo com o estatuto da criança e do adolescente, em busca de resgate à sua cidadania.	adolescente resgatada		
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------	--	--

### OBRAS E DEFESA CIVIL

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
<b>1. Promover a ampliação e a melhoria de infraestrutura urbana e equipamentos públicos</b>			
Pavimentação de vias.	Pavimentação	M <sup>2</sup>	14.400
Construção de escadarias.	Construção de escadarias	Metro	2.000
Construção de estrutura para contenção de encostas.	Contenção de encostas	M <sup>2</sup>	4.000
Construção de canaletas.	Canaletas construídas	Metro	1.600
Serviço de drenagem / Construção de galerias.	Drenagem realizada	Metro linear	4.500
Construção / recuperação de pontes pontilhões	Infraestrutura	Unidade	05
Desenvolver, coordenar, elaborar e monitorar os planos, programas e projetos da administração municipal.	Elaboração de Projetos	Unidade	50
<b>2. Garantir a manutenção e conservação do patrimônio Público</b>			
Reposição de pavimentação em paralelepípedo CBUQ e concreto betuminoso.	Pavimentação	M <sup>2</sup>	20.000
Aluguel de maquinário para conservação e limpeza de canais.	Máquinas alugadas	Unidade	04
Manutenção do sistema de drenagem com limpeza de canais.	Manutenção do sistema de drenagem	M <sup>2</sup>	40.000
Dragagem dos canais e rios	Manutenção dos canais	M <sup>3</sup>	10.000
Esgotamento de fossas sépticas.	Fossas limpas	Unidade	1.200
Recapeamento asfáltico.	Asfalto recapeado	M <sup>2</sup>	21.000
Manutenção periódica nas estradas da zona rural e de Abreu e Lima.	Calendário de manutenção	Unidade	04
Revitalizar, manter e fiscalizar a estrutura física das feiras e mercados públicos.	Reorganização das feiras e mercados	Unidade	02
Cobertura de barreira com lona plástica.	Barreiras cobertas	M <sup>2</sup>	10.000
Construir poços artesianos de grande porte.	Poços construídos	Unidade	12
Promover ao município um sistema eficaz de	Limpeza urbana	Unidade	01



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

limpeza urbana.	eficaz		
Varrição de vias públicas.	Limpeza das vias públicas	Km/mês	80
Coleta domiciliar.	Coleta domiciliar em dia	Tonelada/mês	7.200
Capinação e pintura de meio fio.	Limpeza das vias públicas	Km/mês	160
Coleta de resíduo hospitalar.	Coleta realizada	Bombona/mês	100
Reposição de placas de galerias.	Placas substituídas	Unidade	1.000
Expandir e manter a iluminação pública.	Iluminação expandida	Ponto	6.000
Aquisição de material de construção para manutenção das instalações sobre responsabilidade da PMAL	Recuperação e reparos	Diversos	Diversos
<b>3. Garantir a manutenção da Secretaria</b>			
Capacitação dos funcionários da Secretaria.	Funcionários capacitados	Unidade	Diversos
Desenvolver atividades técnicas e assegurar o suporte administrativo-financeiro de ações da Secretaria.	Atividades administrativas mantidas	-	-
Aquisição de material de limpeza e expediente para o funcionamento da SODEC.	Atividades administrativas	Unidade	01

### AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Fortalecer as atividades comerciais, industriais e agrícolas.	Atividades fortalecidas	Unidade	03
Atuar na educação do crescimento econômico com políticas de incentivo ao empreendedorismo e atração de novas empresas para o município, buscando a ampliação das oportunidades de emprego.	Crescimento econômico garantido	Unidade	02
Atender a população nas questões referentes ao meio ambiente.	População atendida	Unidade	Diversos
Desenvolver atividades técnicas e assegurar o suporte administrativo-financeiro das ações da Secretaria.	Atividades administrativas mantidas	Unidade	01
Desenvolver ações de educação visando conscientizar a população para práticas de prevenção do meio ambiente para uma melhor qualidade de vida dos munícipes.	População informada sobre a prevenção do meio ambiente	Unidade	Diversos



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

#### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Fortalecer o ecossistema como fator de qualidade ambiental e de atividades para moradores e visitantes.	Ecossistema fortalecido	Unidade	02
Programar e implantar procedimentos para incentivar a reciclagem de resíduos sólidos.	Reciclagem incentivada	Unidade	02
Programar e realizar campanhas de educação ambiental dirigida às áreas de resíduos sólidos e saneamento básico.	Campanhas realizadas	Unidade	02
Estruturar e recuperar as estradas rurais.	Estradas recuperadas	Unidade	Diversas
Incentivar as comunidades para utilização de novas técnicas na agricultura e meio ambiente.	Comunidades incentivadas	Unidade	Diversas
Promover através de parcerias o uso de recursos hídricos nas comunidades rurais através da construção de poços, açudes e rede de abastecimento.	Parcerias efetivadas	Unidade	Diversas
Promover gestões necessárias ao eficiente andamento da secretaria e à valorização dos recursos humanos.	Servidores valorizados	Unidade	Diversos

#### ESPORTE E LAZER

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Desenvolver ações integradas de educação e esporte nos bairros, visando executar programa de cunho participativo.	Participação da população	-	-
Incentivar a prática de esportes nas escolas públicas.	Eventos esportivos	Unidade	Diversos
Manter as atividades da secretaria.	Atividades da Secretaria mantida	Unidade	Diversas

#### JUSTIÇA

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Implantar um Programa de atendimento móvel nas comunidades.	Jurídico em Ação	Unidade	Conscientizar a população sobre os seus Direitos e Deveres.
Ampliação do PROCON MUNICIPAL.	PROCON	Unidade	Modernização do PROCON, para melhores atendimentos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Ampliação e Modernização da Defensoria Pública da União.	DPU	Unidade	Modernização e Ampliação da DPU, para Melhores Atendimentos a População.
Aquisição de Veículo Tipo: Van Móvel.	Assessoria Jurídica Móvel	Unidade	Atender as comunidades do Município, informando-os dos seus Direitos e Deveres.

### TURISMO E CULTURA

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Promover grandes eventos integrados ao calendário cultural da cidade.	Festividades do ciclo Carnavalesco;	Evento	01
	Celebração do Padroeiro do Município (São José);	Evento	01
	Paixão de Cristo;	Evento	01
	Comemoração do Dia Municipal da Ciranda;	Evento	01
	Celebração do dia da Família Abreulimense;	Evento	01
	Festa de Emancipação Política;	Evento	01
	Festividades do ciclo junino;	Evento	01
	Festival Multicultural;	Evento	01
	Celebração da Reforma Protestante;	Evento	01
	Festividades do ciclo Natalino;	Evento	01
Festa de Réveillon.	Evento	01	
Fomento à produção e difusão da cultura municipal.	Atividades desenvolvidas.	Unidade	Diversas
Promoção ao desenvolvimento da produção e comercialização dos artistas.	Artistas locais promovidos.	Unidade	Diversos
Realização e apoio às iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais.	Evento realizado ou apoiado.	Unidade	Diversos
Incentivo e fomentação ligados à atividade turística. (Forno de cal, Ruínas da Igreja de São Bento e Comunidades Rurais).	Atividades turísticas apoiadas.	Unidade	Diversas



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

#### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MOBILIDADE URBANA

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Implantar um Programa de Desenvolvimento Local Sustentável para fortalecer os negócios já existentes e incentivar a instalação de novas atividades produtivas no Município, nas áreas de indústria, comércio e prestação de serviços.	Programa Abreu e Lima Empreendedora Implantado	Unidade	<ol style="list-style-type: none"> <li>Atrair até 02 indústrias para o município;</li> <li>Concluir o Projeto do Novo Distrito Industrial;</li> <li>Desenvolver 04 campanhas publicitárias para aquecer as vendas do comércio;</li> <li>Implantar o Território Estratégico de Comércio e Serviço do Centro de Abreu e Lima.</li> </ol>
Ampliar as ações do programa de Intermediação de Mão de Obra, Emprego e Renda, para fortalecer a economia local, atrelado à uma estratégia inovadora de apoio à Gestão, Concessão de Crédito, Tecnologia e Inovação e encaminhamento ao mercado de trabalho.	Agência de Desenvolvimento Ampliada	Unidade	<ol style="list-style-type: none"> <li>4.800 atendimentos realizados para as oportunidades de trabalhos;</li> <li>1.200 encaminhamentos para as empresas solicitantes de mão de obra;</li> <li>2.400 atendimentos para empreendedores locais;</li> <li>120 empreendedores individuais e microempresas formalizadas;</li> <li>240 créditos concedidos para os empreendedores locais;</li> <li>1.200 empreendedores e trabalhadores capacitados em cursos de qualificação profissional e gestão de negócios.</li> </ol>
Fortalecer as cadeias produtivas locais, através do estímulo à criação de cooperativas, associações ou grupos formais de produção.	Grupos produtivos fortalecidos	Unidade	Até duas cooperativas formalizadas
Realizar melhorias no ordenamento do comércio informal (ambulantes) do centro a cidade.	Comércio informal ordenado	Unidade	<ol style="list-style-type: none"> <li>Ações de fiscalização permanentes;</li> <li>Cadastramento dos ambulantes permanente.</li> </ol>
Executar ações para reestruturar e organizar o mercado municipal e as	Mercado municipal e feiras livres	Unidade	<ol style="list-style-type: none"> <li>Ações permanentes de melhorias;</li> <li>Realizar 01 mapeamento das</li> </ol>



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa Antônio Amaro Bezerra”

## ANEXO I

### PRIORIDADES

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

feiras livres do município.	atendidos		feiras livres do município; 3. Implantar regras de funcionamento para as feiras livres.
Implementar nova legislação (atualização) que rege o sistema de trânsito e transporte do município.	Nova Legislação de Trânsito e Transporte Implementada	Unidade	Vigorar em 2018.
Promover ações educativas que tornem o trânsito mais seguro, civilizado e humano.	Trânsito civilizado	Unidade	Três campanhas educativas.
Ampliar ações de fiscalização e segurança do tráfego municipal, com a finalidade de garantir desobstrução das vias públicas.	Trânsito fiscalizado ampliado	Unidade	Permanente.
Executar projetos de engenharia de tráfego e monitoramento do trânsito do Município.	Vias públicas principais sinalizadas e monitoradas	Unidade	Permanente.
Ampliar a oferta de pontos de taxi no município.	Aumento da oferta e disponibilidade de taxi	Unidade	Oito pontos de taxi.
Implantar um modelo de Sistema de Transporte Público de Passageiros no município.	Novo modelo de Sistema de Transporte ampliado	Unidade	Vigorar em 2018.

### HABITAÇÃO E PROJETOS ESPECIAIS

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Promover o acesso à moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase a população mais carente e de baixa renda, através de programas habitacionais, com recurso do município e/ou parceria com Governo Estadual ou Federal em áreas urbanas e rurais.	Moradia digna	Unidade	100
Garantia na inscrição para habilitação no programa minha casa, minha vida do governo federal, para os municípios.	Municípios habilitados no programa	Unidade	1.200



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

## EMENDAS À LDO – PODER LEGISLATIVO

### OBRAS E DEFESA CIVIL

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
<b>1. Promover a ampliação e a melhoria de infraestrutura urbana e equipamentos públicos</b>			
Pavimentação de vias – asfalto da Rua João Batista – Alto São Miguel	Pavimentação	M <sup>2</sup>	
Calçamento da 1ª Trav. Marechal Costa e Silva - Planalto	Pavimentação		
Calçamento da 5ª Trav. Da Rua Rosa Pereira – Desterro.	Pavimentação		
Calçamento da 1ª Trav. Da Rua Rosa Pereira – Desterro.	Pavimentação		
Calçamento da 2ª Trav. Da Rua Rosa Pereira – Desterro.	Pavimentação		
Calçamento da 3ª Trav. Da Rua Rosa Pereira – Desterro.	Pavimentação		
Calçamento da 4ª Trav. Da Rua Rosa Pereira – Desterro.	Pavimentação		
Construção de praça entre a 1ª e 2ª Trav. Da R. Artur Campelo – Caetés Velho	Praça		
Reforma/ampliação do Posto de Saúde no Planalto I e II	Reforma e ampliação		
Construção de escadarias.	Construção de escadarias	Metro	
Construção de escadaria e drenagem da 2ª Travessa da Av. Mal. Costa e Silva - Planalto	Construção de escadaria		
Construção de escadaria e drenagem da 3ª Travessa da Av. Mal. Costa e Silva - Planalto	Construção de escadaria		
Construção de escadaria e drenagem da 5ª Travessa da Av. Mal. Costa e Silva - Planalto	Construção de escadaria		
Construção de escadaria e drenagem da 4ª Travessa da Av. Mal. Costa e Silva - Planalto	Construção de escadaria		

### PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Cria e implementar a Guarda Municipal Armada, conforme lei federal 13.022/2015	Guarda Municipal Armada	Unidade	
Implementar e instalar câmeras de segurança nas vias de grande movimentação nas áreas urbanas da cidade.	Instalação de câmeras	Unidade	





# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Criar o Fundo Municipal do Conselho da Cidade.	Projetos	Unidade	
------------------------------------------------	----------	---------	--

## FINANÇAS

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Elaborar carnê para cobrança do IPTU, conforme o código Tributário nº 5.172/96.	Carnê do IPTU		

## EDUCAÇÃO

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Construção em parceria com o Governo Estadual de uma Escola de Ensino Médio e Fundamental 2 no bairro Desterro.	Construção de escolas		
Construção de escola de ensino básico no bairro do Fosfato.	Construção de escolas		
Construção de creche municipal conforme lei 11.949/07	Construção de creches		
Assegurar e ampliar o acesso e a oferta ao ensino infantil, series iniciais e finais do Ensino Fundamental e EJA de forma inclusiva, com ações integradas de forma a garantir a qualidade do desempenho escolar estudantil	universalização do acesso ao ensino infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental e EJA de forma inclusiva e com qualidade	Unidade	Diversas
Construir escolas a fim de atender a demanda instalada na educação infantil e Ensino Fundamental	Escola construída e demanda instalada atendida	02	Diversas
Garantir formação continuada de professores com vistas a melhoria da qualidade da educação e valorização profissional	Capacitação de professores		Diversas

## SAÚDE

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Entrega de Medicamentos controlados em domicílio.	Medicamentos		
Reativação e implementação do Disk Ambulância (0800) urbano e rural	Tele atendimento		
Criação e implementação do centro de zootecnia.			

## OBRAS E DEFESA CIVIL

Programa	Produto	UND.	Metas
----------	---------	------	-------



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Projeto/Atividade			para 2018
Construção de Poço artesiano no bairro de São Bento	Poço artesiano	01	
Construção de poço artesiano na Escola Severina Santa Estelita no bairro Gemba	Poço artesiano	01	
Implantação de coleta seletiva municipal de lixo.	Coleta seletiva		
Coleta Municipal do lixo na área rural	Coleta de lixo		
Implantar o Plano Municipal de Defesa Civil conforme lei federal 12.608/12	Defesa Civil		

## AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Aquisição de trator c/ maquinário para agricultura familiar da cidade.	Maquinário rural	01	
Criar e implementar o Conselho Municipal de Agricultura	Conselho Municipal		
Criar e implementar o Plano Municipal de Agricultura	Plano Municipal		
Criar o Fundo Municipal de Agricultura	Fundo Municipal		
Criar o Plano Municipal de Meio Ambiente	Plano Municipal		
Criar o Fundo Municipal de Meio Ambiente	Fundo Municipal		

## ESPORTE E LAZER

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Construção de Quadra Poliesportiva coberta com infraestrutura e vestiários no bairro de Caetés III	Quadra Poliesportiva	01	
Construção de pista de Skate no bairro de Caetés I.			
Construção de Estádio Municipal de Futebol em Caetés III na área do atual Beira Rio.	Estádio de Futebol	01	
Instituir o Conselho Municipal de Esporte e Lazer	Conselho Municipal		
Criar o Plano de Esporte e Lazer	Plano Municipal		
Criar o Fundo Municipal de Esporte e Lazer	Fundo Municipal		
Instalação de Tela no campo de futebol no bairro do Gemba.			



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

## TURISMO E CULTURA

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Criar o conselho de Turismo	Conselho Municipal	01	
Criar o Plano Municipal de Turismo	Plano Municipal		
Criar o Fundo Municipal de Turismo	Fundo Municipal		
Criar o Plano Municipal de cultura conforme a lei federal 12.343/10	Plano Municipal		
Criar o Fundo Municipal de Cultura conforme lei federal 8.313/91	Fundo municipal		
Construir a Casa da Cultura Municipal	Casa da Cultura		
Reativar a Banda Municipal	Banda Municipal		

## DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MOBILIDADE URBANA

Programa Projeto/Atividade	Produto	UND.	Metas para 2018
Capacitação de Mão de Obra Qualificada para o Polo Industrial de Goiana em parceria com SENAI e Industrial locais.	Capacitação de mão de obra	01	
Reestruturação física de toda Feira e Mercado Público Municipal	Mercado Publico		
Criar infraestrutura para os taxistas do Município.	Taxistas		
Construir Casa da Cultura na Feira.	Casa da Cultura		
Construção de Espaço Físico para apresentação artística na área da Feira			
Regulariza e Regularizar as Concessões Municipais dos Transportes alternativos e moto-taxi de Abreu e Lima.	Transporte alternativo		
Implantar e ampliar melhorias da acessibilidade ao comercio da cidade no Município de Abreu e Lima	Mobilidade urbana		

## CAMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA



AMF - Demonstrativo I (LRF, Art. 4º § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/100)x100
Receita Total	190.000	181.818	0,127	208.265	190.715	0,136	232.542	203.775	0,148
Receitas Primárias (I)	188.540	180.421	0,126	206.703	189.284	0,135	230.869	202.309	0,147
Despesa Total	189.070	180.929	0,126	207.065	189.615	0,135	230.833	202.278	0,147
Despesas Primárias (II)	188.108	180.007	0,126	206.038	188.676	0,134	229.739	201.320	0,146
Resultado Primário (III) = (I - II)	433	414	0,000	665	609	0,000	1.130	990	0,001
Resultado Nominal	-5.582	-5.342	-0,004	-4.613	-4.224	-0,003	-1.138	-998	-0,001
Dívida Pública Consolidada	28.453	27.228	0,019	27.957	25.601	0,018	27.461	24.064	0,017
Dívida Consolidada Líquida	18.294	17.506	0,012	13.681	12.529	0,009	12.543	10.991	0,008
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000

Notas:

- 1 - As taxas de crescimento do PIB de Pernambuco de 2014, 2015 e 2016 foram publicadas pela Agência CONDEPE / FIDEM.
- 2 - As taxas de crescimento do PIB de Pernambuco para 2017 e 2018 foram publicadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de Pernambuco.
- 3 - Devido à inexistência de projeções oficiais do Estado de Pernambuco até 07 de julho de 2017, os valores projetados do PIB estadual para o exercício de 2019 e 2020 foram baseados na previsão da taxa de crescimento do PIB Nacional, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Ano	Taxa de Crescimento do PIB %	Valor em milhares (R\$)
2014	1,90%	160.839.000
2015	-3,50%	155.400.000
2016	-4,20%	148.873.200
2017*	0,30%	149.319.820
2018*	0,30%	149.767.779
2019**	2,50%	153.511.974
2020**	2,60%	157.503.285

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM.

\*Parâmetros econômicos do crescimento real do PIB estabelecidos na LDO 2017 de Pernambuco.

\*\*Parâmetros econômicos do crescimento real do PIB estabelecidos no PLDO 2018 da União.

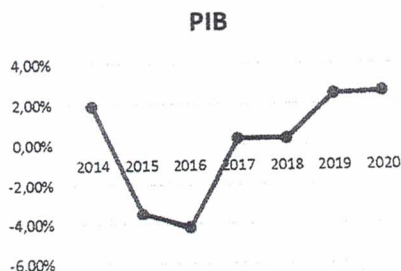
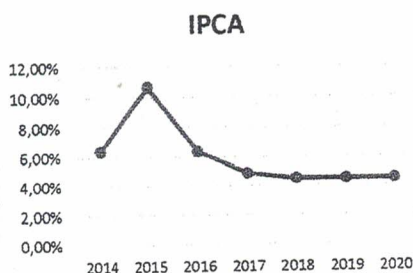
4 - O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIAVEIS	2018	2019	2020
PIB real (crescimento % anual)	0,30%	2,50%	2,60%
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice IPCA	4,50%	4,50%	4,50%

5 - Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2018	2019	2020
Valor Corrente / 1,0450	Valor Corrente / 1,0920	Valor Corrente / 1,1412

6 - Séries históricas dos indicadores IPCA, PIB e SELIC



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, Banco Central, LDO 2017 do Estado de Pernambuco e PLDO 2018 da União.

I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas da Prefeitura Municipal de Abreu e Lima - PE:

As metas anuais de receitas da Prefeitura Municipal de Abreu e Lima - PE foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias.

**TOTAL DAS RECEITAS**

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Realizado 2015	Realizado 2016	Reestimado* 2017
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>121.182</b>	<b>133.231</b>	<b>147.886</b>
Receita Tributária	9.119	9.552	11.220
Receitas de Contribuições	2.135	4.676	4.749
Receita Patrimonial	574	869	918
Aplicações Financeiras	574	869	918
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	107.649	116.675	120.869
Cota-Parte do FPM	38.419	41.648	40.089
Transf. de Recursos do SUS - FMS	17.967	20.004	21.539
Outras Transferências Correntes	51.263	55.023	59.240
Outras Receitas Correntes	1.705	1.459	10.130
Receita da Dívida Ativa	808	768	6.941
Demais Receitas	897	691	3.189
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>5.288</b>	<b>3.423</b>	<b>16.419</b>
Operações de Créditos	-	-	190
Alienação de Bens	-	-	285
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	5.288	3.423	15.944
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL GERAL DAS RECEITAS</b>	<b>126.470</b>	<b>136.654</b>	<b>164.305</b>

\* Os valores para o exercício de 2017 foram reprojatados, considerando variações ocorridas devido a redução do percentual de crescimento estabelecido na LDO 2017 (projeção de crescimento caiu de 1,00% para 0,30%) e a evolução da arrecadação municipal realizada no período de Janeiro a Maio de 2017.

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2018	2019	2020
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>168.827</b>	<b>185.610</b>	<b>208.278</b>
Receita Tributária	11.758	12.582	13.475
Receitas de Contribuições	4.977	5.326	5.704
Receita Patrimonial	962	1.029	1.102
Aplicações Financeiras	962	1.029	1.102
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	126.671	141.538	162.587
Cota-Parte do FPM	42.014	44.955	48.146
Transf. de Recursos do SUS - FMS	22.573	24.153	25.868
Outras Transferências Correntes	62.084	72.430	88.572
Outras Receitas Correntes	24.459	25.136	25.410
Receita da Dívida Ativa	21.116	21.560	21.580
Demais Receitas	3.342	3.576	3.830
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>21.173</b>	<b>22.655</b>	<b>24.264</b>
Operações de Créditos	199	213	228
Alienação de Bens	299	320	343
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	20.675	22.122	23.693
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL GERAL DAS RECEITAS</b>	<b>190.000</b>	<b>208.265</b>	<b>232.542</b>

Notas:

1 - Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do PIB e nas ações econômico-financeiras e administrativas, que serão tomadas pelo município de Abreu e Lima, para obter uma melhoria na fiscalização e obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros.

2 - Nos valores acima também estão inclusas as receitas intra-orçamentárias relativas à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme exigência do Manual de Demonstrativos Fiscais - 7ª Edição, aprovado pela Portaria STN nº 403 de 28 de junho de 2016.

0

**Receita Tributária**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2015	9.119	-
2016	9.552	4,75%
2017	11.220	17,46%
2018	11.758	4,80%
2019	12.582	7,00%
2020	13.475	7,10%

**Receita da Dívida Ativa**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2015	808	-
2016	768	-4,95%
2017	6.941	803,8%
2018	21.116	204,2%
2019	21.560	2,10%
2020	21.580	0,09%

Notas:

1 - O aumento previsto para a Receita Tributária provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal.

2 - O Município prevê um aumento na Arrecadação da Dívida Ativa, no exercício de 2018 em diante, em torno de 8,0% sobre o saldo da Dívida Ativa que o Município de Abreu e Lima tem a receber em 2017, aplicando uma política de intensificação da arrecadação dos tributos de competência municipal.

3 - As projeções para 2018, 2019 e 2020 foram realizadas considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 4,5%, 4,5% e 4,5%, e também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2018, 2019 e 2020 com os respectivos percentuais de 0,3%, 2,5% e 2,6%.

4 - Desta forma, consideram-se no campo VARIAÇÃO % estas três variáveis: % IPCA, % PIB e intensificação na fiscalização tributária, para seus respectivos exercícios.

**Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2015	38.419	-
2016	41.648	8,40%
2017	40.089	-3,74%
2018	42.014	4,80%
2019	44.955	7,00%
2020	48.146	7,10%

**Transferências de Recursos do SUS**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2015	17.967	-
2016	20.004	11,34%
2017	21.539	7,68%
2018	22.573	4,80%
2019	24.153	7,00%
2020	25.868	7,10%

Nota:

1 - As projeções para 2018, 2019 e 2020 foram realizadas considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 4,5%, 4,5% e 4,5%, e também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2018, 2019 e 2020 com os respectivos percentuais de 0,3%, 2,5% e 2,6%.

**Outras Receitas Correntes**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2015	1.705	-
2016	1.459	-14,43%
2017	10.130	594,3%
2018	24.459	141,4%
2019	25.136	2,77%
2020	25.410	1,09%

**Receitas de Capital**

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2015	5.288	-
2016	3.423	-35,27%
2017	16.419	379,7%
2018	21.173	28,95%
2019	22.655	7,00%
2020	24.264	7,10%

Nota:

1 - As receitas de Capital tem como base as transferências de recursos de convênios. As projeções para os exercícios de 2018, 2019 e 2020 são fundamentadas em estimativas de transferências voluntárias por meio de convênios e contratos de repasse vindos da União e do Estado.

**II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as despesas do Município de Abreu e Lima - PE:**

As metas anuais de despesas da Prefeitura Municipal de Abreu e Lima - PE foram calculadas a partir das despesas orçamentárias. Seguem, abaixo, memória e metodologia de cálculo:

**TOTAL DAS DESPESAS**

R\$ milhares

<b>CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA</b>	<b>Realizada 2015</b>	<b>Realizada 2016</b>	<b>Reestimado* 2017</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	125.583	124.038	145.902
Pessoal e Encargos Sociais	76.049	77.776	88.806
Juros e Encargos da Dívida	247	422	408
Outras Despesas Correntes	49.287	45.840	56.688
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	6.647	6.097	13.820
Investimentos	6.235	5.111	13.324
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	412	986	496
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	1.786
<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>	<b>132.230</b>	<b>130.135</b>	<b>161.508</b>

\* Os valores para o exercício de 2017 foram reprojetados, considerando variações ocorridas devido a redução do percentual de crescimento estabelecido na LDO 2017, (projeção de crescimento do PIB 2017 caiu de 1,00% para 0,30%), e a realização da despesa municipal processada no período de Janeiro a Maio de 2017.

<b>CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA</b>	<b>PREVISÃO - R\$ milhares</b>		
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	160.745	176.620	197.957
Pessoal e Encargos Sociais	101.061	115.230	133.783
Juros e Encargos da Dívida	444	484	528
Outras Despesas Correntes	59.239	60.905	63.646
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	23.261	24.876	26.628
Investimentos	22.743	24.334	26.062
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	518	542	566
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	5.065	5.568	6.248
<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>	<b>189.070</b>	<b>207.065</b>	<b>230.833</b>

Notas:

1 - Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 4,5%, 4,5% e 4,5% para os respectivos exercícios de 2018, 2019 e 2020 e também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2018, 2019 e 2020 com os respectivos percentuais de 0,3%, 2,5% e 2,6%.

2 - Nos valores acima também estão inclusas as despesas intra-orçamentárias relativas à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme exigência do Manual de Demonstrativos Fiscais - 7ª Edição, aprovado pela Portaria STN nº 403 de 28 de junho de 2016.

## II.a - Metodologia de Memória de Cálculo para as despesas do Município

### Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2015	76.049	-
2016	77.776	2,27%
2017	88.806	14,18%
2018	101.061	13,80%
2019	115.230	14,02%
2020	133.783	16,10%

Nota:

1 - Na projeção para despesas de pessoal considerou-se o aumento do salário mínimo nacional em relação a 2017, estimado para 2018 em R\$ 979.

### Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2015	247	-
2016	422	70,85%
2017	408	-3,38%
2018	444	9,00%
2019	484	9,00%
2020	528	9,00%

Nota:

1 - A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida segue estudos do governo federal, que voltou a adotar diversas medidas macroprudenciais para aumentar a eficiência da elevação da Taxa Selic. Foram consideradas as taxas de 9,00% para o exercício de 2018, 9,00% para 2019 e 9,00% para o exercício de 2020.

### Reserva de Contingência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2015	0	-
2016	0	-
2017	1.786	-
2018	5.065	183,6%
2019	5.568	9,94%
2020	6.248	12,21%

Nota:

1- Os valores fixados para a Reserva de Contingência serão de, no mínimo, 3% da Receita Corrente Líquida e destina-se ao reforço das dotações a serem utilizadas para pagamento de despesas decorrentes de emergências, calamidades e outras contingências.



### III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário do Município de Abreu e Lima - PE:

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas de resultado primário, para os exercícios de 2018, 2019 e 2020.

#### RESULTADO PRIMÁRIO

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>121.182</b>	<b>133.231</b>	<b>147.886</b>	<b>168.827</b>	<b>185.610</b>	<b>208.278</b>
Receita Tributária	9.119	9.552	11.220	11.758	12.582	13.475
Receitas de Contribuições	2.135	4.676	4.749	4.977	5.326	5.704
Receita Patrimonial	574	869	918	962	1.029	1.102
Aplicações Financeiras (II)	574	869	918	962	1.029	1.102
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0	0	0	0
Transferências Correntes	107.649	116.675	120.869	126.671	141.538	162.587
Outras Receitas Correntes	1.705	1.459	10.130	24.459	25.136	25.410
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I) - (II)</b>	<b>120.608</b>	<b>132.362</b>	<b>146.969</b>	<b>167.865</b>	<b>184.581</b>	<b>207.176</b>
<b>RECEITA DE CAPITAL (IV)</b>	<b>5.288</b>	<b>3.423</b>	<b>16.419</b>	<b>21.173</b>	<b>22.655</b>	<b>24.264</b>
Operações de Créditos (V)	0	0	190	199	213	228
Amortização de Empréstimos (VI)	0	0	0	0	0	0
Alienação de Bens (VII)	0	0	285	299	320	343
Transferências de Capital	5.288	3.423	15.944	20.675	22.122	23.693
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)</b>	<b>5.288</b>	<b>3.423</b>	<b>15.944</b>	<b>20.675</b>	<b>22.122</b>	<b>23.693</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)</b>	<b>125.896</b>	<b>135.785</b>	<b>162.912</b>	<b>188.540</b>	<b>206.703</b>	<b>230.869</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	<b>125.583</b>	<b>124.038</b>	<b>145.902</b>	<b>160.745</b>	<b>176.620</b>	<b>197.957</b>
Pessoal e Encargos Sociais	76.049	77.776	88.806	101.061	115.230	133.783
Juros e Encargos da Dívida (XI)	247	422	408	444	484	528
Outras Despesas Correntes	49.287	45.840	56.688	59.239	60.905	63.646
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)</b>	<b>125.336</b>	<b>123.616</b>	<b>145.494</b>	<b>160.300</b>	<b>176.136</b>	<b>197.429</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	<b>6.647</b>	<b>6.097</b>	<b>13.820</b>	<b>23.261</b>	<b>24.876</b>	<b>26.628</b>
Investimentos	6.235	5.111	13.324	22.743	24.334	26.062
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida (XIV)	412	986	496	518	542	566
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)</b>	<b>6.235</b>	<b>5.111</b>	<b>13.324</b>	<b>22.743</b>	<b>24.334</b>	<b>26.062</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0	0	1.786	5.065	5.568	6.248
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)</b>	<b>131.571</b>	<b>128.727</b>	<b>160.604</b>	<b>188.108</b>	<b>206.038</b>	<b>229.739</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)</b>	<b>-5.675</b>	<b>7.058</b>	<b>2.308</b>	<b>433</b>	<b>665</b>	<b>1.130</b>

#### Notas:

- Os dados relativos às receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado nas memórias de cálculo das receitas e despesas.
- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, de acordo o Manual de Demonstrativos Fiscais - 7ª Edição, aprovado pela Portaria STN nº 403 de 28 de junho de 2016.

**IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal do Município de Abreu e Lima - PE:**

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas de resultado nominal, para os exercícios de 2018, 2019 e 2020.

**RESULTADO NOMINAL**

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2015 (b)	2016 (c)	2017 (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	30.660	29.445	28.949	28.453	27.957	27.461
DEDUÇÕES (II)	-	2.275	5.072	10.159	14.275	14.918
Ativo Financeiro	9.153	13.304	11.773	12.302	12.856	13.434
Haveres Financeiros	1.275	1.469	1.300	1.358	1.420	1.483
(-) Restos a Pagar Processados	10.748	12.498	8.000	3.502	0	0
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	-	27.170	23.876	18.294	13.681	12.543
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0	0	0	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	0	27.170	23.876	18.294	13.681	12.543
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>(b-a*)</b>	<b>(c-b)</b>	<b>(d-c)</b>	<b>(e-d)</b>	<b>(f-e)</b>	<b>(g-f)</b>
<b>VALOR</b>	<b>-28.118</b>	<b>27.170</b>	<b>-3.294</b>	<b>-5.582</b>	<b>-4.613</b>	<b>-1.138</b>

Nota:

1 - O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, através do Manual de Demonstrativos Fiscais - 7ª Edição, aprovado pela Portaria STN nº 403 de 28 de junho de 2016.

\* Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2014, que foi de R\$ 28.118 mil reais.

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

MONTANTE DA DÍVIDA

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	30.660	29.445	28.949	28.453	27.957	27.461
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	30.660	29.445	28.949	28.453	27.957	27.461
DEDUÇÕES (II)	-	2.275	5.072	10.159	14.275	14.918
Ativo Disponível	9.153	13.304	11.773	12.302	12.856	13.434
Haveres Financeiros	1.275	1.469	1.300	1.358	1.420	1.483
(-) Restos a Pagar Processados	10.748	12.498	8.000	3.502	0	0
<b>DCL (III) = (I-II)</b>	<b>-</b>	<b>27.170</b>	<b>23.876</b>	<b>18.294</b>	<b>13.681</b>	<b>12.543</b>

Notas:

1 - Se o saldo de DEDUÇÕES (II) for negativo, ou seja, se o total da disponibilidade de caixa bruta mais os Haveres Financeiros for menor que os Restos a Pagar Processados, deverá se colocar um "-" (traço) nessa linha, conforme instruído no Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 7ª edição.

2 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2017 foi elaborada da seguinte forma:

	Valores em milhares (R\$)
Disponibilidade de caixa em 01 de janeiro de 2017	13.304
Realizável em 01 de janeiro de 2017	1.469
(=) Ativo Financeiro em 01 de janeiro de 2017	14.773
(+) Previsão de Entrada de Recursos até 31/12/17	164.305
(=) Disponibilidade de Caixa Bruta	179.078
(-) Restos a pagar a serem pagos em 2017	4.498
(-) Despesas orçamentárias a serem pagas em 2017	161.508
<b>(=) Disponibilidade de Caixa Líquida em 2017</b>	<b>13.072</b>

CAMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA



**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2018**

AMF - Demonstrativo II (LRF, Art. 4º § 2º, inciso I) R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB*	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB*	Variação	
					Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	168.000	0,112	136.654	0,092	-31.346	-18,66
Receitas Primárias (I)	167.246	0,111	135.785	0,091	-31.461	-18,81
Despesa Total	168.000	0,112	130.135	0,087	-37.865	-22,54
Despesas Primárias (II)	165.692	0,110	128.727	0,086	-36.965	-22,31
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.553	0,001	7.058	0,005	5.505	354,38
Resultado Nominal	-5.204	-0,003	27.170	0,018	32.374	-622,13
Dívida Pública Consolidada	25.348	0,017	29.445	0,020	4.097	16,16
Dívida Consolidada Líquida	21.090	0,014	27.170	0,018	6.080	28,83

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2016

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2016	150.362.845
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2016	148.873.200

Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

CAMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA



METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2018

AMF - Demonstrativo III (LRF, Art. 4º § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	126.470	136.654	8,053	164.305	20,235	190.000	15,638	208.265	9,613	232.542	11,656
Receitas Primárias (I)	125.896	135.785	7,855	162.912	19,978	188.540	15,731	206.703	9,633	230.869	11,691
Despesa Total	132.230	130.135	-1,584	161.508	24,108	189.070	17,066	207.065	9,517	230.833	11,479
Despesas Primárias (II)	131.571	128.727	-2,162	160.604	24,763	188.108	17,125	206.038	9,532	229.739	11,503
Resultado Primário (III) = (I - II)	-5.675	7.058	10,016	2.308	-4,785	433	-1,394	665	0,101	1.130	0,188
Resultado Nominal	-28.118	27.170	-196,628	-3.294	-112,122	-5.582	69,494	-4.613	-17,368	-1.138	-75,320
Divida Pública Consolidada	30.660	29.445	-3,963	28.949	-1,685	28.453	-1,713	27.957	-1,743	27.461	-1,774
Divida Consolidada Líquida	-	27.170	-	23.876	-12,122	18.294	-23,380	13.681	-25,214	12.543	-8,321

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	141.091	143.309	1,572	164.305	14,651	181.818	10,659	190.715	4,893	203.775	6,848
Receitas Primárias (I)	140.450	142.398	1,386	162.912	14,407	180.421	10,747	189.284	4,912	202.309	6,881
Despesa Total	147.517	136.473	-7,487	161.508	18,345	180.929	12,025	189.615	4,801	202.278	6,678
Despesas Primárias (II)	146.782	134.996	-8,029	160.604	18,970	180.007	12,081	188.676	4,816	201.320	6,701
Resultado Primário (III) = (I - II)	-6.331	7.402	9,416	2.308	-4,563	452	-1,334	609	0,097	990	0,180
Resultado Nominal	-31.369	28.493	-190,833	-3.294	-111,559	-5.342	62,195	-4.224	-20,926	-998	-76,383
Divida Pública Consolidada	34.205	30.879	-9,723	28.949	-6,250	27.228	-5,946	25.601	-5,974	24.064	-6,004
Divida Consolidada Líquida	-	28.493	-	23.876	-16,203	17.506	-26,679	12.529	-28,435	10.991	-12,269

Nota: Os índices utilizados neste demonstrativo foram obtidos nos Relatórios de Inflação do Banco Central e no Projeto de LDO 2018 da União, elaborado pelo Ministério do Planejamento e no sítio do IBGE.

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

2015	10,67%
2016	6,38%
2017	4,87%
2018	4,50%
2019	4,50%
2020	4,50%

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES

CONSTANTES	
2015	Valor Corrente x 1,1156
2016	Valor Corrente x 1,0487
2017	Valor Corrente
2018	Valor Corrente / 1,0450
2019	Valor Corrente / 1,0920
2020	Valor Corrente / 1,1412

**CAMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

Rua Lourival de Albuquerque 130 – centro

Abreu e Lima – PE

CNPJ – 08.637.381/0001-26

## PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2018

AMF - Demonstrativo IV (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)

R\$ milhares

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>
Patrimônio / Capital	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	330.130	100	319.372	100	316.421	100
<b>TOTAL</b>	<b>330.130</b>	<b>100</b>	<b>319.372</b>	<b>100</b>	<b>316.421</b>	<b>100</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>
Patrimônio	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Nota: O Município está vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, portanto não existem valores relativos a Patrimônio Líquido de RPPS.

**Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos**

**CAMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

Rua Lourival de Albuquerque 130 – centro  
Abreu e Lima – PE  
CNPJ – 08.637.381/0001-26

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS**

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2018**

AMF - Demonstrativo V (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)

R\$ milhares

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>2016 (a)</b>	<b>2015 (b)</b>	<b>2014 (c)</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	<b>2016 (d)</b>	<b>2015 (e)</b>	<b>2014 (f)</b>
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	0	0	0
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
<b>DESP. CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Servidores Públicos	0	0	0
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>(g)=(Ia-IIId)+(IIIf)</b>	<b>(h)=(Ib-IIe)+(IIIf)</b>	<b>(i)=(Ic-IIf)</b>
<b>VALOR (III)</b>	0	0	0

**CAMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

Rua Lourival de Albuquerque 130 – centro

Abreu e Lima – PE

CNPJ – 08.637.381/0001-26

## PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2018

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea "a") R\$ milhares

RECEITAS	2014	2015	2016
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	-	-	-
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-
Receitas de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	-	-	-
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-
Patronal	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I+II)</b>	-	-	-

DESPESAS	2014	2015	2016
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b>	-	-	-
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
<b>PREVIDÊNCIA</b>	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>	-	-	-
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+V)</b>	-	-	-
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	-	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2014	2015	2016
<b>TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS</b>	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outros aportes para o RPPS	-	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Outros aportes para o RPPS	-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

BENS E DIREITOS DO RPPS

Nota: Não existem valores para RPPS em razão do Município estar vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS e objeto de demonstrativo na LDO da União.



  
**CAMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**  
 Rua Lourival de Albuquerque 130 – centro  
 Abreu e Lima – PE  
 CNPJ – 08.637.381/0001-26

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**  
**2018**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2016			0	0
2017			0	0
2018			0	0
2019			0	0
2020			0	0
2021			0	0
2022			0	0
2023			0	0
2024			0	0
2025			0	0
2026			0	0
2027			0	0
2028			0	0
2029			0	0
2030			0	0
2031			0	0
2032			0	0
2033			0	0
2034			0	0
2035			0	0
2036			0	0
2037			0	0
2038			0	0
2039			0	0
2040			0	0
2041			0	0
2042			0	0
2043			0	0
2044			0	0
2045			0	0
2046			0	0
2047			0	0
2048			0	0
2049			0	0
2050			0	0

(continua)

(continuação)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2051			0	0
2052			0	0
2053			0	0
2054			0	0
2055			0	0
2056			0	0
2057			0	0
2058			0	0
2059			0	0
2060			0	0
2061			0	0
2062			0	0
2063			0	0
2064			0	0
2065			0	0
2066			0	0
2067			0	0
2068			0	0
2069			0	0
2070			0	0
2071			0	0
2072			0	0
2073			0	0
2074			0	0
2075			0	0
2076			0	0
2077			0	0
2078			0	0
2079			0	0
2080			0	0
2081			0	0
2082			0	0
2083			0	0
2084			0	0
2085			0	0
2086			0	0
2087			0	0
2088			0	0
2089			0	0
2090			0	0

Nota: Não existem valores para RPPS em razão do Município estar vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS e objeto de demonstrativo na LDO da União

**CAMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

Rua Lourival de Albuquerque 130 – centro  
Abreu e Lima – PE  
CNPJ – 08.637.381/0001-26

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2018**

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)

R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
<b>TOTAL</b>						-

Nota:

Não são estimados valores, para renúncia de receita, relativos a eventual concessão de benefício fiscal, a serem concedidos nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e nos termos dos arts. 49 e 50 deste Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo ser feito estudo de impacto orçamentário-financeiro por ocasião da concessão do benefício, durante o exercício respectivo.

**CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

Rua Lourival de Albuquerque 130 – centro  
Abreu e Lima – PE  
CNPJ – 08.637.381/0001-26

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS****MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2018**

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)	R\$ milhares
EVENTOS	Valor Previsto para 2016
Aumento Permanente da Receita	21.352
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	412
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	20.941
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	20.941
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	12.255
Novas DOCC	12.255
Novas DOCC geradas por PPP	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	8.685

Nota:

1 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, nos termos do art. 17 da LRF, no Município para 2018, decorrem do aumento do salário mínimo nacional.

2 - Foi considerado, para 2018, aumento de receita de até 4,80%, resultante de projeção de inflação de 4,50% e crescimento do PIB de 0,30%, conforme notas explicativas constantes das tabelas respectivas de projeção das receitas.

Tabela 1 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

**CAMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA**

Rua Lourival de Albuquerque 130 – centro  
 Abreu e Lima – PE  
 CNPJ – 08.637.381/0001-26

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**ANEXO III - RISCOS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
 2018**

ARF (LRF, Art. 4º § 3º)

R\$ milhares

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais		CONTINGÊNCIA PASSIVA SEM ESTIMATIVA DE VALOR	
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências a Epidemias			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>		<b>SUBTOTAL</b>	
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação		CONTINGÊNCIA PASSIVA SEM ESTIMATIVA DE VALOR	
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>		<b>SUBTOTAL</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>TOTAL</b>	

Ver art. 2º, inciso XI deste Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Contingência Passiva é uma possível obrigação de eventos futuros que não estão sob controle da entidade. O valor não pode ser estimado com segurança.